

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

**AS QUESTÕES INDÍGENAS DAS ALDEIAS DO
NOROESTE GAÚCHO DIVULGADAS PELA
IMPrensa, NO PERÍODO DE 1999 A 2004**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Sergio Dalsasso Camargo

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

**AS QUESTÕES INDÍGENAS DAS ALDEIAS DO NOROESTE
GAÚCHO DIVULGADAS PELA IMPRENSA, NO PERÍODO
DE 1999 A 2004**

por

Sérgio Dalsasso Camargo

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Pensamento Político Brasileiro

Orientador: Prof^a. Dr^a Maria Catarina Chitolina Zanini

Santa Maria,RS, Brasil

2007

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Curso de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a monografia de Especialização

**AS QUESTÕES INDÍGENAS DAS ALDEIAS DO NOROESTE GAÚCHO,
DIVULGADAS PELA IMPRENSA, NO PERÍODO DE 1999 A 2004**

elaborada por
Sérgio Dalsasso Camargo

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Brasileiro

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr^a
(Presidente/Orientadora)

Hongonsi Soares Siqueira, Dr. (UFSM)

Guilherme José Silva e Sá, Dr. (UFSM)

Santa Maria, Julho de 2007.

DEDICATÓRIA

Às crianças Kaingang que mendigam nas portas dos supermercados,
nas esquinas, nas estações rodoviárias,
nas calçadas das cidades, nos átrios das igrejas.
Para que no futuro nossa sociedade consiga resgatar a cidadania
desses povos e lhes possibilite uma melhor qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sensibilidade de tentar compreender questões sociais, fundamental para o profissional das Ciências Sociais.

À minha família, pela compreensão e carinho diante da elaboração deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Curso pelos ensinamentos e atenção. Em especial à Prof^a Dr^a Maria Catarina C. Zanini, pelo apoio e estímulo dispensados na orientação deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Pós-Graduação
Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

AS QUESTÕES INDÍGENAS DAS ALDEIAS DO NOROESTE GAÚCHO DIVULGADAS PELA IMPRENSA, NO PERÍODO DE 1999 A 2004

Autor: Sérgio Dalsasso Camargo

Orientadora: Maria Catarina Chitolina Zanini

Data e Local de defesa: Santa Maria, Julho de 2007.

As questões indígenas das aldeias do noroeste gaúcho, divulgadas pela imprensa gaúcha, em especial os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*, no período de 1999 a 2004, foram objeto de análise deste trabalho. Serviram como fio condutor desta pesquisa, além de 132 reportagens coletadas no período acima mencionado, pesquisas em órgãos governamentais como a FUNAI, ONGs e em obras bibliográficas direcionadas ao assunto. Primeiramente, foram pesquisadas as reportagens dos periódicos acima mencionados, para se saber quais os enfoques e os problemas dessas comunidades. Num segundo momento, aprofundou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica direcionada aos enfoques que a imprensa gaúcha dava à questão indígena, como forma de esclarecer e aprofundar as raízes dos problemas que afetam as comunidades indígenas do noroeste gaúcho. Os resultados da pesquisa demonstram que as questões ligadas à conquista de cidadania, invasões, demarcações, desnutrição, mortalidade infantil, saúde pública precária, corrupção das lideranças indígenas, são algumas mazelas presentes no cotidiano dessas populações.

Palavras-chave: (1) indigenismo; (2) imprensa; (3) Rio Grande do Sul

ABSTRACT

The aboriginal village questions from the Rio Grande do Sul's northwest, shown by the news, specially in the newspaper "Zero Hora" and "Correio do Povo", in the period from 1999 to 2004, they were the object of this research. They were the mainly subject for this job, besides 132 news article, in the period above-named, researches in governmental bodies as FUNAI, ONGs and in books about this subject. First of all, the news articles were studied in the mainly problems in this communities. The second thing is about the bibliography about the approaches that the means of communication from Rio Grande do Sul about the aboriginal question, it is a way to know the beginning of the problems that affect the aboriginal communities from the Rio Grande do Sul's northwest. The results from this research showed that the questions close to conquest of the citizenship, invasions, landmarks, malnutrition, infantile mortality, precarious public health, corruption of the aboriginal leaderships, these are some bad things that happen in the daily populations.

Key words: (1) Indians; (2) means of communication; (3) Rio Grande do Sul

LISTA DE SIGLAS USADAS NO TRABALHO

AI – Áreas Indígenas.....	27
AL – Assembléia Legislativa do RS.....	33
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.....	26
CP – Correio do Povo.....	51
CIMI – Conselho Indigenista Missionário.....	15
DTC – Diretoria de Terras e Colonização.....	25
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.....	12
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.....	37
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.....	25
ISA – Instituto Sócio-ambiental.....	15
ONGs – Organizações Não Governamentais.....	15
PI	32
PT – Partido dos Trabalhadores.....	46
PR – Estado do Paraná	53
RA – República Argentina	53
RS – Estado do Rio Grande do Sul	53
SPI – Serviço de Proteção ao Índio.....	12
TI – Tribo Indígena.....	40
UTI – Unidade Tratamento Intensivo.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ÍNDIO E A QUESTÃO INDÍGENA	12
2.1- O ser índio no Brasil e a busca da cidadania	12
2.2- O papel das ONGs e Organizações Indigenistas, Direitos Humanos e o Movimento Indigenista	15
3. HISTÓRICO DA QUESTÃO INDÍGENA	18
3.1- O Estado republicano e os indígenas	18
3.2- O indígena Kaingang no Rio Grande do Sul	21
3.3- A desapropriação de terras indígenas no noroeste gaúcho	23
3.4- Áreas indígenas que foram colonizadas pelo Estado	27
3.5- Reservas indígenas no noroeste gaúcho	31
3.6- Conseqüências do processo de ocupação de terras indígenas	31
4. AS SOCIEDADES INDÍGENAS DO NOROESTE GAÚCHO	34
4.1- A questão agrária	34
4.2- Demarcações de terras indígenas	39
4.3- O arrendamento de terras indígenas	41
4.4- Desnutrição, mortalidade infantil, saúde pública e corrupção nas aldeias indígenas do noroeste gaúcho	41
4.5- O papel da imprensa na difusão da causa indígena	47
5. CONCLUSÃO	53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1 INTRODUÇÃO

As questões indígenas das aldeias do noroeste do Estado, difundidas pela grande imprensa gaúcha, especialmente pelos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*, no período de 1999 a 2004, foram objetos desta pesquisa para tentarmos, a partir daí, constituir um quadro avaliativo das condições de vida dessas populações no noroeste do Rio Grande do Sul.

Acreditando que a função do Cientista Social é bastante ampla, bem como daquele que se propõe aprofundar seus conhecimentos por meio do pensamento político brasileiro, elegemos a problemática indígena nas aldeias do noroeste gaúcho, como forma de refletir sobre os problemas de uma população que tem clamado por apoio e atenção. Paralelo a isso, percebemos nas manifestações indígenas uma forma de expressão política e busca de cidadania, que vale a pena ser discutida nos meios acadêmicos, pois acreditamos serem estes um berço de consciências sensíveis e sintonizadas com os problemas sociais.

A pesquisa foi qualitativa e documental e, para isso, foram recortadas as reportagens impressas nesses jornais e arquivadas por ordem cronológica, conforme ocorriam suas publicações. Pela análise desses dois veículos de comunicação, escolhidos em função da grande circulação e aceitação junto à sociedade gaúcha, passamos a uma análise do material coletado e, a partir daí, soubemos quais os diversos enfoques dados pela imprensa às questões indígenas.

O trabalho, em sua primeira parte, enfoca a questão indígena, depois o histórico da mesma no Rio Grande do Sul, as sociedades indígenas do noroeste gaúcho e suas problemáticas agrárias, demarcações de terra, arrendamentos, desnutrição infantil, mortalidade infantil, saúde pública, corrupção, temas recorrentes nas reportagens dos jornais. Posteriormente, salientamos o papel da imprensa como instrumento de apoio e também de visibilização das condições de vida dos índios no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul. Embora nem sempre o índio por ela representado fuja dos estereótipos e da exotividade, salientamos a importância da mostra das condições de vida destas populações para a sociedade regional mais ampla. Pode-se avaliá-la como uma visibilização, mesmo que nem sempre positiva.

Num segundo momento, fizemos a elaboração dos relatos que compõem este trabalho, transcrevendo situações históricas desses povos e de suas comunidades, a maneira como vivem e as dificuldades encontradas, a estrutura fundiária das aldeias, o trabalho da

Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos órgãos de apoio governamental, os problemas sociais dessas comunidades, entre outros assuntos.

Considerando que a questão agrária recebeu um enfoque muito grande pela imprensa no período abordado, procuramos descrever com mais detalhes o processo de expropriação de terras a que os indígenas foram submetidos, para, a partir daí, focar e compreender os problemas sociais noticiados pelos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*.

A atenção que as questões indígenas despertam no público leitor, decorrente de um certo exotismo, faz com que a imprensa, entre outros fatores, noticie ações e problemas que envolvam esses povos. Em função disso, ocorre uma instrumentalização por parte dos indígenas, o que poderá ser observado nos textos reproduzidos ao longo deste estudo. Isso faz com que a notícia chame a atenção da sociedade para a causa indígena. As reportagens serão por nós compreendidas como produtos e produtoras de representações, fruto de um encontro de produtores e receptores de mensagens.

O que também nos motivou, nesta pesquisa, foi a busca por compreender como a categoria índio era invocada e constatar o quanto ainda há para ser pesquisado neste encontro de mundos.

2. O ÍNDIO E A QUESTÃO INDÍGENA

Trataremos a seguir da luta do índio em busca de cidadania, o papel das ONGs e Organizações Indigenistas, os Direitos Humanos e o próprio Movimento Indigenista.

2.1- O Ser índio e a busca de cidadania

Desde a chegada dos colonizadores no Brasil até meados do século XX, os índios eram vistos como sociedades inferiores, incapazes de se autoconduzir, seja numa visão em que eram tratados como vítimas do processo colonizador, ou como selvagens, passíveis de serem escravizados e exterminados, ou seja, como empecilho ao desenvolvimento e integração nacional. Representavam a presença de um mundo atrasado e desta forma eram tratados.

O processo de dominação, baseado na retirada das terras e expulsão dos indígenas, na imposição cultural instrumentalizada nas políticas públicas e tutela, serviu, em grande parte, para incapacitá-los nas ações de uma resistência mais eficaz, necessária à transformação da realidade que os envolvia. Embora tivessem uma trajetória histórica de resistência cultural ou guerreira, esses fatores contribuíram para novas derrotas.

Cunha define o que foi essa história mal interpretada e mal conduzida:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura 'politicamente correta' foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos (Cunha, 1998, p.17-8).

As décadas de 1970, 1980 e 1990 são marcadas pela tentativa de construção de uma nova história indígena, na qual os índios seriam agentes ativos da história a ser reconstruída. Esse pensamento terá seus contornos no movimento indigenista e também no movimento indígena, buscando lutar pelos direitos dos índios junto à sociedade e ao Estado brasileiro.

Nas décadas anteriores, essa integração era pretensão de órgãos como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, e depois, com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que substituiu o SPI, em 1967.

Em função da ineficácia desses órgãos, o Movimento Indigenista é criado por meio da intermediação de antropólogos, missionários religiosos e lideranças indígenas. No início de sua atuação, fica clara sua contraposição à política indígena dos governos militares e, posteriormente, já mais organizado, transformou-se numa força motriz na reivindicação e luta pelos direitos indígenas. Daí nasce uma divergência de idéias entre uma concepção idealizada do ser índio e a ação indígena reivindicatória, alavancada pelo Movimento, com uma disposição de mobilização e participação política ampla. Eles queriam cidadania sem deixarem de ser culturalmente índios, o que não era bem compreendido pela ideologia nacionalista dos militares.

Em função de tudo isso, abriram-se novas frentes de discussão na sociedade, como um todo, e nos meios acadêmicos em particular, sobre a questão de nacionalidade e cidadania dos povos indígenas.

Na dissertação de Mestrado intitulada *Vozes Parlamentares: A Alteridade Negociada – a trajetória da questão indígena na Assembléia Nacional Constituinte (de 1987 a 1988)*, de Zanini, entre outras colocações, destaca a citação sobre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas partindo da leitura de Ramos (1990):

Segundo Ramos (1990, p.22), o universalismo dos direitos humanos baseados na Declaração dos Direitos do Homem, como uma estratégia de percurso dos direitos indígenas, é invocado, muitas vezes, para intermediar a razão de cidadania nacional (idem, p.22) (Ramos 1990, apud Zanini, 1997, p.22).

Posteriormente, na mesma dissertação, salienta-se a argumentação de que a cidadania estaria ligada ao surgimento do Estado nacional, em que ao cidadão implicaria ser um indivíduo livre, com direitos e deveres junto ao Estado. Destaca-se também a alusão feita à cidadania brasileira:

De acordo com Paoli (1983), em seu percurso histórico, a cidadania brasileira teria passado por vários momentos: inicialmente vinculada ao patrimonialismo, à indiferença liberal, à repressão organizada, ao corporativismo burocrático, à tutela e finalmente à segurança nacional, a cidadania, como força política e dotada de conteúdo, só veio à tona quando da emergência de movimentos sociais no decurso deste século (Paoli, 1993, apud Zanini, 1997).

Fica claro que para falarmos em cidadania indígena, relacionamos com participação, com consciência de direitos e deveres. Nesse campo, os indígenas brasileiros iniciaram sua caminhada paralelo ao desenvolvimento e estruturação dos movimentos sociais que

alavancam suas reivindicações e concretizam suas conquistas. Perceberam a importância da organização social para que fossem ouvidos e a importância de que suas lideranças e representações estivessem afinadas com suas necessidades.

Ainda segundo Ramos (1990), argumentar que, pelo fato de ter nascido em território brasileiro se tornem cidadãos brasileiros, não justifica, já que a cidadania não se restringe à contingência do mero nascimento.

O que parece faltar na versão brasileira de cidadania é que não só faria sentido para os povos indígenas mas lhes daria segurança étnica é a noção de diferenciação legítima que trouxesse igualdade de condições aos índios, não pela semelhança (que, no caso, seria forçada), mas pela equivalência. Em suma, falta nessa territorialização estatal um espaço étnico legitimado como tal, apropriado à complexidade pluriétnica do país. Seria abrir espaço para que os índios fossem cidadãos do Brasil nesse campo interétnico e, ao mesmo tempo, membros plenos de suas respectivas sociedades... É certo que a constituição de 1988, pela primeira vez na história do país, assume que ser índio é um estado legítimo e não uma condição temporária. Mas isso não significa conferir aos índios uma cidadania plena e muito menos dupla (Ramos, 1990, p.7).

Cabe lembrar que, cidadania invoca um determinado tempo e um determinado território, ou seja, uma sociedade tal em época determinada. Aos indígenas, a questão de cidadania está diretamente relacionada com a terra, a qual é posse dessas comunidades, mas propriedade da União. Aos índios é assegurado o usufruto exclusivo dos recursos naturais dessas terras. Não podemos deixar de considerar que esses territórios são frequentemente invadidos e depredados, pois findam por serem considerados juridicamente frágeis.

Em função da realidade vivida na atualidade e a situação de expropriação que a maioria dos povos indígenas foram submetidas ao longo dos anos, a terra se tornou fator decisivo para sua sobrevivência. Povos que viveram tradicionalmente da caça, coleta e da agricultura, hoje tiveram seu sustento de pequenas roças administradas pela FUNAI, da venda de artesanatos produzidos, das plantações familiares e dos serviços prestados para produtores rurais.

Muitas terras indígenas tiveram seus espaços ambientais degradados, nas quais a produtividade é baixa. Esse conjunto de fatores faz com que a luta pela terra seja uma das principais bandeiras do movimento indigenista e esteja diretamente associada à questão de cidadania e inclusão social nos dias atuais.

Através da leitura de Zanini (1997, p. 100-101), podemos perceber que na própria Assembleia Constituinte de 1987/1988, já havia um reconhecimento na subcomissão criada para tratar de assuntos indígenas, que a terra, bem como as riquezas nela existentes, eram

áreas necessárias as reproduções físicas e culturais, conforme os costumes, usos e tradições dos povos indígenas.

Com certeza, essa foi uma forma de instrumentalizar o início de um reconhecimento do “ser índio” e a necessidade de uma busca constante, através dos movimentos sociais representativos dessas populações de uma cidadania plena.

2.2 O papel das Ongs e Organizações Indigenistas, os Direitos Humanos e o Movimento Indigenista

As Organizações Não Governamentais têm instrumentalizado as aspirações indígenas no sentido de praticar uma cidadania atuante. Injetam no movimento indígena recursos materiais, uma retórica libertária facilmente dirigível pelos índios envolvidos no Movimento, pois dicotomiza algumas posições como de dominadores e dominados, por exemplo. Devido a sua atuação, atribui-se o surgimento de muitas vocações políticas-civis entre os índios. Universalizaram a voz, o discurso característico no campo indigenista dos direitos humanos invocando uma identidade genérica de índios do Brasil.

Conjuntamente com as ONGS, com a Igreja e com os simpatizantes e militantes do movimento indigenista, possibilitou-se a organização das sociedades indígenas, como forma de fazer frente às diversas modalidades de sujeição impostas pelo sistema capitalista e impetradas pelo Estado.

Surgiram, na década de 1970, a Comissão Pró-Índio e o Centro Ecumênico de Documentação Indigenista. O CIMI, criado em 1972, ligado à Conferência dos Bispos do Brasil, passou a atuar numa perspectiva diferente da atuação tradicional da Igreja junto às comunidades indígenas. Começaram, a partir do surgimento desses órgãos, trabalhos junto aos índios, envolvendo terra, saúde, educação, política indigenista e opinião pública (Monserrat, 1989, p. 245-246).

A organização do movimento indígena é conduzida por inúmeros agentes. No grupo dos assessores encontramos os missionários de diversas igrejas e os intelectuais, várias organizações, atuam em nível regional e nacional, com amplas reivindicações e propostas. Em 1999, o Instituto Sócio-ambiental (ISA) relacionou as organizações e associações indígenas atingindo um número próximo de 110, havendo no entanto, outras tantas que ainda não se

encontravam catalogadas. Decorre daí a estimativa do ISA de que haja mais de 150 organizações indígenas, com representatividade local, regional e nacional.

É da interação do movimento indigenista e indígena com os direitos humanos, que nascem as estratégias usadas pelos indígenas para chamar a atenção de suas reivindicações. Apropriando-se das diretrizes humanistas das ONGs e acionando os seus próprios recursos étnicos como instrumentos políticos, os índios encontraram um campo fértil para ensaiar a sua versão do relativismo de percurso (Ramos, 1990, p.9). Eles misturam planos e dimensões em suas estratégias. Considerados inocentes, estão livres para improvisar, inventar e usar as mais diversas ferramentas em suas reivindicações. Estas manifestações têm revelado uma grande inteligência e eficácia na utilização dos recursos simbólicos do mundo branco. Conforme Alcida Rita Ramos, aprende-se que na arena política do contato interétnico os direitos, aos bens do Estado só podem ser garantidos aos índios graças ao universalismo dos direitos do homem:

Se tomarmos cidadania também como estratégia social e política e não como uma atribuição natural e monolítica, podemos dizer que é por força de serem homens que se deve reconhecer aos índios o direito de serem também cidadãos (Ramos, 1990, p. 5-6).

De acordo com as observações de Giroto (2004, p. 4), não se pode falar sobre o movimento indígena sem observar a historicidade nele implícita. Conforme tratamos anteriormente, precisamos considerar quatro grupos de agentes no processo: O Estado/empresas rurais, a Igreja Católica, os protagonistas do indigenismo alternativo e os índios em geral. Estas características nos colocam frente á complexidade do indigenismo nacional brasileiro.

Os integrantes desse processo se diferenciam por seus objetivos e pelas lutas que desenvolveram em suas vidas, cada qual defendendo seus interesses, em situações diferentes e com potencialidades desiguais. As classes dominantes em função da sua representatividade, são “detentoras” da História e do discurso desta, que lutam contra a desnutrição, o aniquilamento étnico e cultural, em defesa da própria vida, sendo constantemente pressionados pelo desenvolvimento capitalista das atividades rurais. A partir de 1970, expandindo-se pelas décadas de 1980 e 1990, os índios estruturaram uma união entre si, com apoio de grupos pertencentes a Igreja Católica, o que fez com que ampliassem sua noção de pertencimento à sociedade nacional e como deveriam reivindicar seus direitos junto ao Estado.

Conforme Del Priore (1997), podemos entender que no contexto histórico de que tratamos, essas alianças representaram uma forma de contraposição às velhas e às novas

relações de exploração e dominação. Dentro dessa nova perspectiva de movimento social, podemos interpretar que o movimento indígena não possui grandes pretensões, como o aniquilamento do sistema capitalista globalizado que envolve a todos, nem a tomada de qualquer esfera do poder. A intenção é apenas proporcionar condições de vida, garantindo o direito de ser indígena. Mediante a força política de suas ações, os índios buscam melhorar o seu cotidiano (Del Priori, 1997, apud Giroto, p. 4).

Ainda segundo Giroto:

É importante enfatizar que movimentos aparentemente alienantes e impotentes politicamente, por evidenciarem uma luta localizada e muitas vezes marcada por questões básicas como saúde, educação ou terra, na verdade encerram elementos que se entrelaçam e dão forma à vida social, preconizando um novo projeto de sociedade que os 'excluídos' reivindicam e tentam implantar nos redutos de sua vida cotidiana. Essa luta é localizada porque as grandes tendências do processo econômico acabam por se refletir no âmbito do cotidiano de vários segmentos da sociedade. A reinvenção desse cotidiano, visando a um projeto de futuro, pode ser qualificada como uma ilusão fecunda, o que implica insistir no homem como força motriz do fazer histórico (Giroto, 2004,p.4).

É o que o movimento indígena pretende evidenciar mediante sua atuação, aliado a diversas organizações afins, num alinhamento de pensamento humanístico, em que o ser humano deve viver com o mínimo de dignidade e condições, e que a libertação/emancipação do homem se dá, na prática, por meio de luta e de participação. O interessante deste movimento é que os próprios índios estão se tornando protagonistas de suas reivindicações.

3. HISTÓRICO DA QUESTÃO INDÍGENA

Apresentaremos neste capítulo o histórico da questão indígena no Estado republicano brasileiro, breves considerações acerca da população Kaingang no RS, a desapropriação de terras indígenas no noroeste gaúcho, as áreas indígenas colonizadas pelo Estado e as conseqüências desse processo de ocupação.

3.1 O Estado republicano e os indígenas

A Lei de Terras, de 1850, ainda na época do Brasil Monárquico, preconizava uma “acomodação de forças”, conforme observa Giroto (2004, p. 10), de forma que não fossem prejudicados os interesses dos grandes proprietários rurais, base dos latifúndios que constituíram a estrutura agrária brasileira. Em função disso, as terras indígenas passaram a ser alvo de interesse, uma vez que a terra se tornara em mercadoria.

Foi através da primeira Constituição republicana, em 1891, que as terras devolutas foram transferidas para os Estados e colocadas à disposição das oligarquias regionais, o que incentivou as investidas sobre as terras indígenas.

Da interpretação do que foi estabelecido na Constituição de 1891, os indígenas ficaram sem proteção legal, o que provocou o início de uma época de violência, ocupação e tomada de suas terras. O SPI foi criado por meio do decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910, dentro de uma visão positivista que pretendia proteger e integrar os índios brasileiros. A orientação da política indigenista oficial previa a convivência de grupos chamados mais desenvolvidos com outros menos desenvolvidos, com o intuito de que o desenvolvimento dos “menos desenvolvidos” ocorresse com mais facilidade. Os grupos indígenas sertanejos eram considerados mais evoluídos para os moldes rurais brasileiros (Ribeiro, 1993, p. 137-8 apud Giroto, 2004, p. 10).

Nos primeiros 50 anos de funcionamento do SPI, os protagonistas do indigenismo brasileiro, embora guiados por uma concepção humanista, desenvolveram um projeto de pacificação dos índios, baseado nas necessidades de expansão da sociedade nacional. Foram três frentes de expansão nesse processo, considerados por Ribeiro, com variáveis de tempo e

espaço: extrativista, pastoril e agrícola. O SPI falhou diversas vezes. Não só nos quesitos de proteção e assistência aos índios, mas mostrou-se inoperante quanto ao processo de desintegração sociocultural e depopulativo a, ainda, houve uma significativa perda de territórios pelos indígenas. (Ribeiro, 1993, p. 187-8, apud Giroto, 2004, p. 11).

Com a criação da FUNAI, em 1967, o SPI é substituído. Em pleno regime militar, a FUNAI acentuou o papel colaboracionista do Estado junto às frentes de expansão do capital. O modelo de Estado projetado sob tutela dos militares (1964-1984) apresentou para as populações indígenas diversas fases, de acordo com o momento e o local. Mas, o que realmente definiu as políticas indigenistas do período foi o alinhamento e a conseqüente defesa dos interesses dos grupos hegemônicos da sociedade, porta-vozes do grande capital.

A Doutrina de Segurança Nacional delineou os objetivos nacionais, bandeira defendida especialmente pelas Forças Armadas, que puxaram para si o papel preponderante na definição e concretização do projeto, que pretendia alavancar o desenvolvimento do país, transformando-o em potência mundial. Como a região amazônica fazia parte dos planos de desenvolvimento e expansão da grande empresa capitalista, a questão indígena passou a ser uma preocupação especial do Estado e, portanto, submetida ao seu controle. Por vezes ela era compreendida como problema de segurança nacional (cf. Zanini, 1997).

Baseado em Heck (1996), constata-se que prevalecia a idéia de que os territórios indígenas deveriam ser reduzidos ou eliminados, surgindo as propostas de criação de lotes individuais ou de colônias indígenas. No que se refere às continuidades, o exemplo mais claro é a proposta integracionista, adaptada ao ritmo do desenvolvimento e como estratégia de segurança. É preciso enfatizar que o processo de militarização da questão indígena esteve integralmente vinculado aos projetos de interesse de grupos econômicos e das oligarquias locais. O modelo centralizador e autoritário de cunho militar impresso à FUNAI durante todo o período do regime militar, serviu para garantir o sucesso da aliança entre o grande capital, representado pelos grupos hegemônicos no poder, e o governo militar.

No entanto, há que se considerar que esse processo sofreu impactos de setores organizados da sociedade civil, defensores dos interesses indígenas. Em 1967, a extinção do SPI ocorreu em razão de graves denúncias, em nível nacional e internacional, do genocídio dos índios e da invasão de suas terras. Em 1968, o Relatório Figueiredo revelaria ainda mais o caótico quadro de aniquilamento dos povos indígenas. Foi nesse contexto que a proposta de “*segurança e desenvolvimento*” justificou as ações militares na questão indígena. O estado de segurança nacional foi implantado, sendo “impregnado pela Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento, que servirá de instrumento para o poder militar/civil transformar

profundamente a sociedade, através de uma forma autoritária de imposição (ideologia e repressão) e tutela” (Heck, 1996, p. 16 apud Giroto, 2004, p.11).

A Doutrina de Segurança Nacional continha na sua essência a aliança entre grupos hegemônicos no poder e o governo militar, numa simbiose de interesses que sustentava a existência de um e de outro. Para Heck, “os órgãos de segurança e informação passam a ter um papel preponderante na definição e execução dessa política” (1996, p.16). Nesse contexto, buscou-se definir legalmente a FUNAI como órgão indigenista oficial, em conformidade com o aparato legal para a relação entre Estado e povos indígenas, definida por meio da Constituição de 1969 (artigo 98) e do *Estatuto do Índio* (1973) como estratégias civilizadas para o direcionamento das políticas de desenvolvimento, tão imperiosas naquele momento (Heck, 1996, p. 16-17 apud Giroto, 2004, p.12).

O Estatuto do Índio preconizava a demarcação de todas as terras indígenas até 1978. Giroto (2004) observa que esse fato teria desdobramentos para a idéia de emancipação dos índios, numa estratégia para igualá-los aos outros cidadãos brasileiros e liquidar com seus direitos históricos diferenciados. A sociedade civil reagiu veementemente, com a organização do movimento indígena durante a década de 1970, crescendo e se fortalecendo nas décadas seguintes.

Durante todo o período militar (1964-1985), a FUNAI é utilizada como instrumento legal de imposição das políticas integracionistas de cunho tutelar. Através dessa política, foi implantado um modelo de indigenismo autoritário, centralizador e repressivo, tendo como base o binômio segurança e desenvolvimento, com o objetivo de aceleração do processo de integração das populações indígenas na “comunhão nacional” (Heck, 1996, p. 126).

Terminado os governos militares (1985), a FUNAI continuou com o seu papel de polícia, mostrando-se resistente em criar um novo papel como mediador dos interesses indígenas com a sociedade nacional e, principalmente, com os grupos econômicos em desenvolvimento, nas partes mais longínquas do Brasil, onde ainda eram encontradas grandes extensões de terras indígenas, com população à espera de respaldo e apoio para garantir sua sobrevivência diante das constantes agressões.

Nesse contexto, só a organização das populações indígenas, com apoio de entidades que contribuem com o movimento indígena, poderá apontar saídas para os problemas, encontrar formas de resistência às agressões, bem como alavancar ações que promovam a defesa desses povos.

3.2 O indígena kaingang do Rio Grande do Sul

Os kaingang, no passado, distribuíam-se no planalto meridional, desde o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Nos primórdios da colonização européia, a começar pelos habitantes do litoral sul brasileiro, os índios foram sendo dizimados pelas guerras, pelas moléstias propagadas e pelo seu arrebanhamento como escravos.

No mesmo tempo em que os guaranis eram dizimados, as populações próximas do rio Paraná, nas missões jesuíticas de Guáira, atacadas pelos bandeirantes paulistas em busca de escravos, também tiveram destino semelhante. Os predadores de índios não se interessaram pelos guaianases, habitantes das terras altas, da área abrangida nesse estudo. Há quem os tome por ancestrais dos kaingang (Melatti, 2006, p.32-36). Durante o século XVIII e a primeira metade do XIX, os Kaingang mais meridionais (do sul do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul) farão gradativamente o contato com os brancos, ao percorrerem o caminho que levava bovinos e muares do Rio Grande do Sul para São Paulo.

A julgar pelo mapa de Coelho dos Santos (1973, apud Melatti, 2006, p. 1, disponível em <<http://www.geocities.com> em 25 Nov 06), esse caminho cortava os territórios indígenas, fazendo com que esse trânsito levasse os antigos habitantes a se retirarem para as encostas do planalto. Por outro lado, no mesmo século, os criadores de gado vão avançando pelos campos limpos que entremeavam as florestas, até alcançar o noroeste do Rio Grande do Sul.

Assim, nos meados do século XIX os kaingang da araucária e dos campos limpos já estavam todos dominados. Todo esse processo ocorreu por meio de conflitos que se agravaram a partir de meados do século XIX. As denúncias e também as defesas do extermínio dos índios veiculadas pela imprensa, primeiro regional, depois nacional, contribuíram, entre outros fatores, para a criação do SPI em 1910 (Melatti, 2006, p.32-36.).

Becker (1976) se dedicou a uma trabalhosa e muito útil compilação de dados históricos referentes aos Kaingang do Rio Grande do Sul. Relata que os primeiros contatos amistosos do SPI com seus grupos ocorreram por volta de 1915. Em 1934 começaram os primeiros estudos com os indígenas já fixados em uma reserva, num tempo em que os lotes dos colonos ainda não faziam limites com as mesmas, de modo que podiam fazer expedições de caça e abater animais grandes, como a anta (Becker, 1976).

Os indígenas das aldeias do noroeste gaúcho vivem atualmente sob a administração direta de postos indígenas, em casas de alvenaria, de madeira e, quando choças, semelhantes

aos dos sertanejos pobres, vestidos como brancos. Além da roça de subsistência, trabalham em empreendimentos promovidos pela FUNAI ou em propriedades vizinhas das reservas, tornando-se pouco visível, num primeiro e superficial exame, o que possa haver de indígena nessas populações. Nas reservas podemos encontrar brancos casados com índios, filhos desses casamentos, índios Kaingang e Guarani e um ou outro índio de áreas mais distantes (Melatti, 2006, p. 32-36).

Segundo estudo disponibilizado pelo ISA na Internet, elaborado pelos antropólogos Kimiye Tommasino e Ricardo Cid Fernandes, podemos verificar também a presença de famílias Kaingang nas zonas urbanas e rurais próximas às terras indígenas. Em verdade, esta é uma realidade de todo o estado do Rio Grande do Sul.

Sua organização social e política obedece aos princípios sociocsmológicos dualistas Kaingang, em que a estrutura social se baseia na articulação de unidades sociais de acordo com o território. São parâmetros de organização social encontrados na estruturação desses povos, inclusive nos dias de hoje.

Pelos relatos dos antropólogos acima enunciados, tal estrutura pode ser percebida na distribuição das casas e na distribuição das famílias. Mas é na organização política Kaingang que este modelo de sociabilidade se apresenta com maior clareza. É uma estrutura hierarquizada, em que as posições de cacique e vice-cacique estão no cume gerando, por vezes, desentendimentos internos muito fortes. Além disso, essas posições deveriam obedecer a unidades sociais distintas, as chamadas “metades opostas”. Com os indivíduos da metade oposta são planejadas ações políticas. Já as punições só podem ser aplicadas por indivíduos pertencentes a mesma metade. Isso demonstraria uma concepção de complementaridade entre estas posições.

Outro fator a destacar, muito bem observado pelos antropólogos Tommasino e Fernandes (disponível em <<http://www.socioambiental.org>, em 16 Jul 07), é a forma como é feita a escolha dos caciques, da qual apenas os maiores de 15 anos participam. Os partidos são identificados com um tipo de semente respectivamente. Conforme a semente escolhida pelo candidato, o leitor deposita o grão na urna. Geralmente são selecionados cereais como milho, feijão e soja.

Após terem a maior parte de seus territórios retirados, suas florestas impiedosamente devastadas, foram aldeados em pequenas porções de terra, com solos já enfraquecidos pelo subsequente uso e retirada da cobertura vegetal. Não fosse isto o bastante, a ineficácia de políticas públicas e a vida precária estabelecem nas aldeias um quadro de subnutrição,

alcoolismo, doenças infecto-contagiosas, mortalidade infantil, depressão, entre outras mazelas.

Cultos evangélicos, rezas do catolicismo popular, jogos de futebol, bailes e festas de aniversário têm substituído a antiga vida tribal.

Mesmo assim, os indígenas Kaingang do nosso Estado demonstram constantemente disposição de superar essas precárias condições a que foram submetidos, engajando-se na luta pela reconquista das terras perdidas, saúde pública de qualidade, educação, entre outras bandeiras de luta.

3.3 A desapropriação de terras indígenas no noroeste gaúcho

Até o início do século passado, os índios viviam em grupos tribais nas diversas áreas do Estado, especialmente nas regiões norte-nordeste, porém, sem qualquer segurança e assistência.

Em julho de 1908, o então Presidente do Estado Dr. Carlos Barbosa, atendendo reivindicações de chefes indígenas oriundos de aldeias de Serrinha e Nonoai, os quais relataram ao presidente que suas tribos, vivendo naquela região desde tempos imemoriais, há algum tempo, vinham sendo perseguidas por intrusos que pretendiam a expulsão dos índios, determinou ao Secretário de Obras Públicas, Dr Cândido José de Godoy, que tomasse as providências necessárias à demarcação das terras indígenas. Coube à Diretoria de Terras e Colonização (DTC), dirigida na época por Carlos Torres Gonçalves, cumprir o compromisso assumido pelo Governo do Estado.

Em um primeiro relatório de 09 junho de 1910, descreve-se a situação e população dos Toldos do Rio Grande Sul, identificando os seguintes:

TOLDO	LOCALIZAÇÃO	NR HAB
Toldo do INHACORÁ	2º Distrito de PALMEIRA	400
2 Toldos em NONOHAY	2º Distrito de PALMEIRA	600

Toldo do GUARITA	4º Distrito de PALMEIRA	200
Toldo do FACHINAL	2º Distrito de LAGOA VERMELHA	500
Toldo de CASEIROS	1º Distrito de LAGOA VERMELHA	100
Toldo de LIGEIRO	3º Distrito de PASSO FUNDO	500
Toldo de CARRETEIRO	3º Distrito de PASSO FUNDO	80
Toldo de VENTARRA	3º Distrito de PASSO FUNDO	80
Toldo de ERECHIM	3º Distrito de PASSO FUNDO	180
Toldo de VOTOURO	3º Distrito de PASSO FUNDO	100
Toldo de LAGOÃO	4º Distrito de SOLEDADE	200

Fonte: dados obtidos junto ao escritório Regional da Funai de Passo Fundo/RS.

O processo demarcatório, realizado em áreas de ocupação indígena, estendeu-se de 1911 a 1918.

Em decorrência desse trabalho, foram demarcados os seguintes aldeamentos:

Área Indígena (AI)	ÁREA (há)
- Toldo LIGEIRO	4517,86
- Toldo FACHINAL (CACIQUE DOBLE)	5.676,33
- Toldo CASEROS	1.003,74
- Toldo CARRETEIRO	600,72
- Toldo NONOHAY	34.907,61
- Toldo VENTARRA	753,25
- Toldo INHACORÁ	5.859,00
- Toldo GUARITA	23.183,00
- Toldo VOTOURO	3.100,00
- Toldo GUARANI VOTOURO	741,00
- Toldo SERRINHA	11.950,00

Fonte: informações elaboradas pela DTC e IGRA, na época, ao Procurador Geral do Estado. Dados obtidos junto ao escritório Regional da Funai de Passo Fundo/RS.

Em 1941, o Governo do Estado assume outra posição com relação ao trato da Questão Indígena. Demonstrando sua preocupação com a transferência da administração das Aldeias Indígenas do Estado para a União, o então diretor da DTC, Goldofim T. Ramos, encaminhou ofício em 11 de março de 1941 ao diretor-geral da Secretaria da Agricultura, ressaltando que os administradores federais iriam desmatar e comercializar a madeira dos Toldos Indígenas. Ao invés de denunciar ao Governo Federal os eventuais abusos de seus funcionários, a proposta sugerida foi a redução das terras dos índios - sob o argumento de que eram demasiadas - aproveitando as áreas excedentes para colonização. Era o alinhamento à proposta imposta pelo Governo de Getúlio Vargas como política indigenista nacional.

A sugestão foi acolhida pelo diretor-geral, aprovada pelo secretário da Agricultura e pelo então interventor federal do Estado na época. Foi o início da expropriação das terras indígenas. A decisão governamental na época atingiu os seguintes toldos indígenas:

Área (AI) Indígena	Área (ha) primitiva	Situação após intervenção federal (ha)
VOTOURO	3.053	- 1440 ha, destinados a famílias indígenas; - 632,17 ha, para uma reserva de pinheiros; - 980,82 ha para lotes de colonização.
SERRINHA	11.950	- 1.060 ha para as famílias indígenas e o restante para colonização
INHACORÁ	5.859	- 1.737, destinada à Estação Experimental. - 1.060, para as famílias indígenas. - 3.062, disponíveis para colonização.
VOTOURO GUARANI	750,40	- 280, para famílias indígenas - 470, para divisão em lotes.

NONOAÍ	34.908	- Em 1949, por força do Dec Nr 658, houve a redução de 19.998 ha, destinados a uma Res Florestal, que foi desmembrada de 2.499 ha destinados a projetos de colonização (4ª Seção Planalto).
VENTARRA	533	- Foram destinados 200 ha a um Patronato Agrícola.

Fonte: dados obtidos junto ao escritório Regional da Funai de Passo Fundo/RS.

Foi reconhecendo a usurpação das terras indígenas que a constituinte estadual estabeleceu no art. 32 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1989, *o dever do Estado de reassentar em quatro anos os pequenos agricultores assentados em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado, situados em terras indígenas.*

A Constituição do País de 1988, ao reconhecer os direitos das populações indígenas à sua terra, à sua organização social, à sua cultura e tradição, abriu um novo caminho, resultando na criação do Conselho Estadual do Índio, pelo Decreto nº 36.836, de 07 de agosto de 1996, do Governador do Estado.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal, o Ministério da Justiça e a FUNAI vêm baixando sucessivos atos - Decretos, Portarias e Despachos - reconhecendo as áreas indígenas, homologando demarcações, declarando a posse permanente dos índios, aprovando pareceres e relatórios de delimitação de Áreas Indígenas (AI) e estabelecendo prazos para a avaliação do valor das benfeitorias construídas nessas áreas, para fins de indenização.

Como resultado das demarcações realizadas pelo Estado no período de 1911-1918, foram destinados aos índios kaingang uma área de 92.292,51 ha. A DTC, por vários anos, deu assistência aos toldos indígenas, assegurando a terra e a subsistência. A partir da década de 1940, a situação se reverte com o processo gradual de redução das aldeias indígenas (conforme descrito anteriormente), tanto que, em 1950, as terras indígenas somaram 53.512 ha. Nessa década, os índios começaram o processo de reconquista de suas terras, estando hoje, na posse de 70.497,34 ha, relativamente à área antes demarcada.

3.4 Áreas indígenas que foram colonizadas pelo Estado

Em 1911, o Rio Grande do Sul tinha 91.646 hectares indígenas demarcadas em 11 áreas. Ao longo do século, especialmente nos anos 60, foram reduzidos ou extintos 51.595 hectares. Durante duas décadas, confrontos entre índios e brancos geraram pressões políticas para assegurar o direito de retomada das áreas de tradição indígena previsto na Constituição de 1988. O que, por vezes, tem-se dado com conflitos tensos.

A possibilidade dos índios retornarem para o antigo patrimônio aumentou em 1997, quando o Estado reconheceu a ilegalidade dos atos cometidos pela política indigenista e agrária vigente até meados dos anos 60.

3.4.1 Área Indígena de Monte Caseros (Municípios de Ibiraiaras e Muliterno)

O Relatório de 09 de junho de 1910, do diretor da DTC, encaminhado ao secretário dos Negócios das Obras Públicas, trata da localização do Toldo Caseros, então no município de Lagoa Vermelha, com uma população de 100 habitantes. O Relatório de 1919 revela a redução da população do Toldo Caseros para 48 habitantes. Em 1928, informa-se que o Toldo Caseros, com área de 1.007,34 há, está abandonado, porquanto os índios foram expulsos com violência.

Estudos e pesquisas posteriores mostram que não ocorreu um “abandono espontâneo” no Toldo Caseros, entre 1927 e 1933, mas sim, a expulsão paulatina dos índios, mediante um verdadeiro terrorismo da parte de fazendeiros com a cumplicidade de funcionários públicos. Em 1936, novo relatório do Comissariado de Terras fez menção que a área estava desabitada pelos índios e intrusada pelos colonos. Na relação dos toldos indígenas, constante do relatório de 1939, o Toldo Caseros não mais aparece, suas terras foram invadidas e colonizadas.

Até 1992 existiam apenas referências históricas sobre a presença indígena. Em 1993, índios da Guarita se deslocavam para a região. Em julho de 1993, um grupo de índios kaingang ocupou a área, reivindicando a posse dos 1004 hectares. A Portaria nº 748, de 17 dezembro de 1996, do Ministro da Justiça, declara posse permanente dos índios às terras de Monte Caseros, com superfície de 1.004 ha.

Desde 2000, aproximadamente 280 indígenas ocupam integralmente a área, e 73 proprietários foram indenizados. Os Kaingang reivindicam outros 5 mil hectares na região.

3.4.2 Área Indígena de Ventarra (Município de Erebango)

Relatório de 9 de junho de 1910, do diretor da DTC, refere-se à situação do Toldo de Ventarra, então 3º Distrito de PASSO FUNDO, com uma população indígena de 80 habitantes. Relatório de 1911, do mesmo diretor, informa da medição e demarcação pela Comissão de Terras Colônia de Erechim: - Ventarra: 7.532.500 m² ou 753,25 hectares. Novo Relatório de 1919 menciona a ocorrência de perseguições e invasões, com a conseqüente diminuição da população indígena para 34 habitantes.

Em 1941, o Estado passa o toldo Ventarra à administração do SPI. Relatório oficial reconhece, em 1942, que o toldo de Ventarra passará para a administração da União. Relatório de 1950 faz menção a Ventarra, com 753 hectares e 150 habitantes.

Entre 1960 e 1963, Ventarra passa por um violento processo de expropriação, com a expulsão dos índios. No entanto, há registros na Secretaria de Educação, da existência e funcionamento de uma unidade escolar na aldeia, com 26 alunos índios matriculados no ano de 1961 e 08 alunos, em 1963.

Conforme processo da Secretaria da Agricultura, de 16 de fevereiro de 1962, procedeu-se à subdivisão dos Toldos Indígenas administrados pelo Estado, onde foi reservado a cada família indígena, 20 hectares e o restante demarcado em lotes concedido a agricultores, ficando Ventarra na seguinte situação - 553 hectares e o restante, 200 hectares emprestados ao Patronato Agrícola. A partir de março de 1967, conforme registros da Secretaria da Agricultura, há a concessão de títulos de 39 lotes da área de Ventarra. Em 1991, a comunidade do antigo toldo começa a se organizar e, em 26 de novembro daquele ano, ocupa a área; todavia os índios são retirados.

Em 1993, a FUNAI ajuíza perante o Supremo Tribunal Federal ação objetivando a desconstituição dos atos de venda e concessão de terras naquela área indígena. A ação foi contestada pelo Estado, aguardando a finalização das citações dos ocupantes para o andamento do processo. Portaria nº 314, de 17 de maio de 1996, do Ministro da Justiça, declara de posse permanente dos índios a Área Indígena de Ventarra, com 753 ha.

Em despacho de 10 de julho de 1996, do Ministro da Justiça, decidiu-se pela improcedência das contestações opostas à identificação e delimitação da Área Indígena de Ventarra, assinalando prazo para os interessados se habilitarem à indenização por benfeitorias.

3.4.3 Área Indígena Votouro - Município de São Valentim

Relatório datado de 09 de junho de 1910, do diretor da DTC, refere-se à situação do toldo de Votouro, situado no 3º Distrito de Passo Fundo, com uma população de 100 habitantes. Relatório de 1918 informa da conclusão da demarcação da Área Votouro com 3.100 hectares e do Votouro Guarani com 741 hectares.

Em processo de 1961, da Secretaria da Agricultura, foi feita a seguinte divisão da Área:

- 1.032 ha para agricultores - 51 lotes;
- 632 ha para uma reserva de pinhal;
- 1440 ha para os índios;
- 280 ha para os índios guaranis.

Em 16 de fevereiro de 1962 o Governo do Estado aprova a seguinte divisão:

1) Toldo Votouro:

- Área destinada aos índios; 1440 hectares;
- Área para reserva (pinho): 632 hectares;
- Área Loteada (51 lotes), seção Tupi 103 hectares

2) Toldo Guarani:

- Área Loteada (23 lotes), seção Guarani: 461 hectares
- Área destinada aos índios: 280 hectares.

Naquela época os índios do toldo Votouro compreendiam 72 famílias com 270 habitantes, enquanto os do Toldo Guarani somavam 14 famílias com 52 habitantes. As 116 famílias de agricultores, num total de cerca de 300 pessoas, receberam as respectivas indenizações, sendo desalojadas das terras indígenas.

3.4.4 Área Indígena de Serrinha - Municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras

A Área Indígena de Serrinha foi demarcada, ainda em 1911, pela Comissão de Terras de Passo Fundo, com uma área de 11.950 ha. Serrinha foi parte integrante do aldeamento de Nonoai, criado em 1847/1848 e separada pela demarcação de 1911. Em 1941, por decisão administrativa, ficaram os índios com uma área de 4725 ha. Uma área de 6624 ha foi destinada pelo então interventor federal Cordeiro de Farias para uma reserva florestal, que

posteriormente em 1949, foi oficializada pelo governo do Estado como o Parque Florestal da Serrinha.

A Secretaria da Agricultura comprova por processo em 1955 a gradativa expulsão dos índios e a continuada invasão de colonos na área indígena. Naquele ano foi constatada a invasão de 227 famílias com 1235 pessoas, reduzida a população indígena a 48 famílias, num total de 227 índios. Em 09 de janeiro de 1958, lei estadual autoriza o governo a vender os 6624 ha da Reserva Florestal. Em 1961, recenseamento do Toldo Serrinha constatou a presença de 334 famílias de intrusos com 1670 pessoas. Em novo processo administrativo encaminhado ao governo do Estado no ano de 1962, autorizando a redemarcação da área, sacar o Toldo Serrinha, foi reduzido a 1060 ha.

Parecer do Deputado Plínio Dutra, Relator da CPI - do Índio, da Assembléia Legislativa do Estado, ressalta que o Toldo Serrinha, intensamente invadido, desapareceu por inteiro, sem que se saiba o destino de sua população (*Jornal Zero Hora*, 28 Jul 2002, p.39).

Conforme os diversos projetos de colonização, a área de Serrinha está dividida em diversas seções: A Seção Marechal Rondon, com 750 lotes; 1ª Seção Alto Recreio, com 182 lotes e 2ª Seção Alto Recreio com 311 lotes, totalizando 1252 lotes concedidos. Atualmente, grande número de lotes foram subdivididos, pulverizando as propriedades em pequenas frações.

Por reiteradas vezes os índios vêm reivindicando a devolução das terras, quer através de solicitação à FUNAI de criação de Grupo de Trabalho para a identificação e demarcação da área indígena, quer com repetidas invasões. Os índios permanecem acampados de 1996 a 1999 no local. Quanto às outras quatro áreas, a situação se diferencia, de vez que os índios que já detinham posse parcial, vêm recuperando novas parcelas ou até conquistando a posse plena de toda a área indígena, como é o caso de Votouro Kaingang e Votouro Guarani.

Um dos problemas fundamentais das duas áreas de Votouro não é a devolução das terras aos índios, mas sim a situação de famílias de agricultores que foram desalojados da área indígena e esperam, desde 1995, o reassentamento ou indenização de parte do Estado.

Desde 1999, os índios passaram a ocupar outros 15 mil hectares, a partir da indenização de 150 famílias de agricultores. Desses, 103 com terras na 4ª Seç Planalto resistem judicialmente. Há um bairro dentro da cidade de Planalto com 143 casas a ser desalojado para completar a ocupação indígena do Toldo Nonoai (*Jornal Zero Hora*, 30 Jul 2002, p. 37).

3.5 Reservas Indígenas do noroeste gaúcho

No Rio Grande do Sul, existem cerca de 12.033 índios, sendo que mais de 8.000 vivem em Reservas Indígenas situadas no noroeste gaúcho (Atlas Socioeconômico do RS/Funai). Estão mais fora do eixo noroeste, apenas as reservas do Inhacapetum, no município de São Miguel, a de Salto do Jacuí, no município de Salto do Jacuí e a reserva da Guarita, nos municípios de Tenente Portela, Redentora, Erval Seco e Miraguaí. Existem 14 (quatorze) áreas indígenas demarcadas e 02 (duas) áreas em processo de demarcação. Atualmente as Reservas Indígenas localizadas nessa área estão sob a jurisdição da Sede Regional da FUNAI, em Passo Fundo/RS. A Administração Regional da FUNAI de Passo Fundo/RS possui 08 (oito) Postos Indígenas (PI), distribuídos nas Reservas Indígenas localizadas na área mencionada: posto indígena Carreteiro; posto indígena Votouro; posto indígena Iraí; posto indígena Guarita; posto indígena Ligeiro; posto indígena Rio da Várzea; posto indígena Inhacorá e posto indígena Cacique Doble.

3.6 Conseqüências do processo de ocupação de terras indígenas

O processo de ocupação das terras indígenas no Brasil teve seu início com a chamada descoberta e a posterior colonização européia que considerava o território brasileiro como terra de ninguém. Esse processo de desocupação das terras, originalmente habitadas exclusivamente por índios, tem se dado historicamente de forma violenta. Seja a violência direta e aberta ou as formas indiretas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, esse processo fez restar, atualmente, 0,37% do território gaúcho às comunidades indígenas.

Em nosso Estado, terras indígenas ilegalmente habitadas por pequenos e médios agricultores, apoiados pelas autoridades governamentais, constituem outra distorção a exigir, hoje, a dura solução de transladar populações inteiras para garantir o direito dos índios às suas terras. A Constituição Federal de 1988 previu que a União deveria indenizar todas as benfeitorias das famílias de agricultores, residentes em áreas indígenas e caberia ao Estado indenizar as terras ocupadas ou reassentar os agricultores em outras áreas.

No Rio Grande do Sul, as duas etnias que possuem maior visibilidade são os Guarani e os Kaingang. Existem registros de demandas por ações do Estado, no sentido de preservar suas áreas, que datam do começo do século passado. A Comissão para resolver os conflitos indígenas no RS, composta por representação dos indígenas, do governo e de outros setores

da sociedade, elaborou importante documento sobre os conflitos indígenas no RS em agosto de 1995.

Em relação aos Kaingang, o Estado demarcou com exatidão os seus 12 toldos em 1916. Nessas áreas foi contabilizada uma população total de 2.904 habitantes. Segundo esse mesmo relatório, a partir do final da década de 1920, o Estado modificou drasticamente sua política de proteção aos índios. A partir de então, ao invés de demarcar e garantir as terras indígenas, foi o próprio Estado que passou a diminuir essas terras e transferir os índios, ou simplesmente desalojá-los.

A seguir, os órgãos públicos responsáveis pelos indígenas foram sucateados. Também foram feitas interpretações equivocadas das leis. De um lado, entendeu-se que as terras indígenas eram devolutas, portanto, pertencentes ao Estado, que precisava delas para atender a demanda dos colonos europeus e, por outro lado, uma leitura equivocada de que caberia não somente à União, mas também aos Estados, a competência de legislar sobre as áreas indígenas. A partir de então, com a cobertura do Estado, as áreas indígenas e, obviamente seus ocupantes, foram impiedosamente atacados.

A população indígena que era de 2.800 habitantes em 1918 passa para **2.220 em 1930**, ou seja, uma diminuição de mais de 20% em 10 anos. A área ocupada diminuiu de 99.315 ha em 1920 para 91.753ha em 1930 (Relatório sobre conflitos indígenas – AL – Ago 1995).

A década de 1940 foi o período em que os Kaingang mais perderam terras no século passado. Segundo o referido relatório, muitas áreas foram expropriadas pelo Estado do Rio Grande do Sul. Em 1940, havia 90.278 hectares de terras indígenas e em 1950 só havia 53.512 hectares - uma diminuição de 40% em 10 anos. De 1940 a 1960, os índios Kaingang foram vítimas de inúmeros golpes para que desocupassem suas terras, tanto pela fraude quanto pela violência. Na década de 1940, o Estado do RS desapossou parcialmente os toldos de Serrinha, retirando-lhe 6.624ha, e Nonoai, retirando-lhe 19.975ha. Parte dessas terras foram destinadas a reservas florestais e, mais tarde, 2499 ha foram colonizadas. Entre os anos de 1961 e 1964, o Estado do RS esbulhou, loteou, vendeu a colonos e doou a entidades beneficentes e eclesiásticas terras da comunidade indígena do toldo do Ventarra. Também expropriou mais 3.665 ha do toldo Serrinha, retirou 1613 ha do Votouro Kaingang, 461 ha do Votouro Guarani, 4.799 ha do Inhacorá. Em 1965, o toldo Serrinha foi invadido, depois loteado pelo Estado e vendido para colonos.

Atualmente, no Estado, existem quatro áreas Kaingang que estão em processo de desocupação por parte do Estado: Ventarra, Monte Caseiros, Serrinha e 4ª Seção Planalto. Estas quatro áreas totalizam 16.186 ha, com 1.567 famílias de agricultores já cadastradas pelo

Estado. Destas, 1.165 são proprietárias e 402 são famílias de agricultores sem-terra com direito adquirido de serem reassentadas. Além destas quatro áreas restam pendências em relação à ocupação de terras indígenas dos toldos Inhacorá, Nonoai, Vicente Dutra e Borboleta.

A população total de kaingang no RS é de, aproximadamente, 12.000 pessoas, sendo que 2.850 famílias vivem em agrupamentos grandes, o maior deles na reserva da Guarita (municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco), com aproximadamente 900 famílias (www.cimi.org.br, 26 Jul 06).

Em relação aos povos guaranis, é importante destacar que sua perpetuação foi colocada em xeque com a desestruturação das reduções jesuíticas, visto que os mesmos haviam sido compelidos a viver sob os auspícios das reduções. Alguns destes, adotaram uma estratégia itinerante (mas com pontos de passagem fixos) para sobreviverem física e culturalmente, ou seja, ceder espaço para assegurar a continuidade da existência.

O processo de concentração fundiária - pautado na concentração e na violência e embasado no poder político e econômico - impossibilitou para os guaranis o acesso à terra, sendo que suas comunidades há muito não têm mais o que ceder. No Estado são aproximadamente 200 famílias e cerca de 800 indivíduos (www.cimi.org.br, 26 Jul 06).

4. AS SOCIEDADES INDÍGENAS NO NOROESTE GAÚCHO POR MEIO DA IMPRENSA

A seguir, enfocaremos assuntos que constituem a problemática social das populações indígenas do noroeste gaúcho como problemas ligados à terra, demarcações de áreas, arrendamentos irregulares de propriedades indígenas, corrupção de lideranças nas aldeias e alguns problemas sociais graves divulgados pela imprensa.

4.1 A questão agrária

O francês Auguste de Saint-Hilaire (2001, p. 123) presenciou a agonia dos índios no Rio Grande do Sul. Viu aldeias em escombros, índias de “sorriso ingênuo” se prostituindo, guaranis tombando na linha de frente de batalhas, crianças sendo roubadas como escravas.

O extermínio começou com a Guerra Guaranítica (1754 –1756), quando canhões de Portugal e Espanha se uniram para aniquilar os sete povos missionários. Era o fim da civilização que os padres jesuítas haviam iniciado em 1682, chegando a reunir 15 mil guaranis nas reduções. Em 1801, José Borges do Canto conquistou as Missões para o Rio Grande do Sul, continuando o desmanche.

Em 1821, quando Saint-Hilaire realiza uma visita a Província de Rio Grande, transcorridos 20 anos, os abusos e as pilhagens continuavam a ocorrer. Os guaranis continuavam a ser perseguidos e deslocados para outras regiões como prisioneiros, destinados ao trabalho escravo. Cabe ressaltar que, com a catequização e o aldeamento nas reduções jesuíticas, foi quebrada a estrutura tribal desses povos. Com isso a resistência guerreira dos guaranis é quebrada. O genocídio que Auguste de Saint-Hilaire testemunhou há 185 anos foi acelerado. Depois de expulsos de suas terras, os índios foram confinados em reservas. Atualmente, existem cerca de 12 mil kaingang e mil guarani distribuídos em diversas aldeias no Rio Grande do Sul (Saint-Hilaire, 2001).

Confinados nas reservas e pressionados pelo desenvolvimento capitalista das comunidades próximas, os indígenas continuam sendo massacrados pela civilização branca, que aos poucos foi ocupando suas terras para o desenvolvimento da agricultura.

Não são apenas dessa década os problemas enfrentados pelos índios diante do “homem branco”, na briga pela terra. Hoje, no RS, os maiores problemas estão no noroeste

gaúcho, onde há um grande número de colonos e uma “escassez” de terras aráveis. Somam-se a isso, a falta de estrutura da Funai e os raros incentivos do governo, ajudando a espalhar a fome, a miséria e a doença dentro e fora das aldeias.

Merece destaque a década de 60, quando muitas reservas indígenas foram desapropriadas para assentar colonos em função de uma Reforma Agrária promovida pelo Estado, conforme descrito no capítulo anterior. Entre 1911 e 1918, a União demarcou áreas indígenas, num total de 91.646 hectares demarcados em 11 áreas. Ao longo do século, especialmente nos anos 60, foram reduzidos ou extintos 51.595 hectares. Boa parte dessa terra foi adquirida legalmente na década de 60 por colonos, estimulados pelo Estado.

A história do kaingang Frásio Nascimento, com 82 anos em julho de 2002, publicada no jornal *Zero Hora*, nos dá uma noção de como aconteceu a expropriação de terras indígenas:

...Após ter a casa queimada por brancos que exploravam a região, diz ter caminhado ao lado da mãe e de cinco irmãos, por três dias até a área onde viviam os indígenas de Nonoai (28 de julho, 2002, p.38).

Até meados da década de 60, o Rio Grande do Sul viveu uma política indigenista e agrária equivocada. Primeiramente, as áreas eram tidas como de utilidade pública para fins de preservação florestal, retirando o domínio dos índios. O segundo passo, nesse mesmo período, foi a distribuição para cada família de módulos rurais de 20 hectares, e o excedente foi entregue a agricultores que, uma vez assentados, expulsavam os índios, ocupando toda a terra. A cada porção restante, tomada para colonização e reforma agrária, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária se encarregava de fazer a limpeza da cobertura florestal.

Em 1962, foram reduzidas as terras indígenas, e algumas acabaram extintas, como Serrinha e Ventarra. Em Nonoai, os indígenas passaram a ocupar a metade dos 34,5 mil hectares do toldo, demarcado em 1911. Os índios eram carregados à força em caminhões de carga e transferidos de áreas, como para Votouro, Ligeiro e Cacique Doble. Ao irem embora, as casas eram queimadas para que não mais retornassem às terras, enfatiza a antropóloga Juracilda Veiga, em reportagem publicada no Jornal *Zero Hora*, dia 28 julho de 2002 (p. 39).

A partir dos anos 90, a FUNAI passou a reconfigurar reservas com base nos direitos da Constituição de 1988, cerca de 40 mil hectares no RS começaram a ser devolvidos aos índios:

Colono de área indígena é indenizado pelo Estado. Dezesete agricultores de áreas indígenas recebem hoje, às 10 h, em

Constantina, indenizações num total de R\$ 470 mil. Quatro áreas indígenas (Ventarra, Monte Caseros, Serrinha e 4ª Região Planalto) foram usadas pelo Estado, na década de 50, para assentamento de colonos sem-terra (*Correio do Povo*, 16 Abr 2006, p.16).

Dai começaram a surgir inúmeros conflitos e protestos que se estendem até hoje, ora por disputa de terra entre colonos e índios, ora em busca de indenizações, que trazem à tona toda a problemática agrária que envolve a questão.

Em 1992, 1.500 Kaingang “invadiram” o Parque Florestal do Estado, em Planalto. Uma área com 18 mil hectares e resistiram ao cerco por semanas. Para evitar derramamento de sangue, os indígenas foram autorizados a serem os controladores do Parque. Pelos mapas, a reserva reivindicada pelos índios entra dentro da cidade de Nonoai e Planalto, engolindo bairros inteiros. Por conta dessas contendas judiciais os Kaingang já habitam boa parte das casas que pertenceram aos colonos brancos em Alto Recreio.

A Reserva de Serrinha, com 16 mil hectares, foi extinta em 1962 e os seus donos enviados para Santa Catarina ou Nonoai. O mesmo aconteceu em Planalto, onde parte da chamada “Quarta Seção”, desapropriada pelo governo Brizola e onde foram assentadas 350 famílias de colonos, está sendo devolvida. Em Iraí, o governo construiu um aeroporto sobre a terra que não era dele. Os índios ocuparam o local durante semanas e ainda brigam pela sua retomada. Em Espumoso faz mais de cinco anos que descendentes de Kaingang e guaranis que estavam espalhados pelas periferias de Cruz Alta, Campos Borges, Soledade e Espumoso promovem freqüentes manifestações para reaver 20 mil hectares:

As 230 famílias de índios Kaingang que invadiram 250 hectares da Fazenda Serra dos Engenhos, no interior de Espumoso, mostram-se dispostas a não arredar pé da terra ocupada na madrugada de ontem. A fazenda faz parte dos 48,7 mil hectares reivindicados pelos indígenas na área conhecida como Borboleta (*Jornal Zero Hora*, 16 Mar de 1999, p.32).

Ao mesmo tempo que assistimos às movimentações dos nativos para retomar a posse de terras, percebemos que a falta de condições de vida digna continua quase que absoluta, descrito naquilo que podemos chamar de “favelas rurais”. O índice de mortalidade infantil nas reservas ainda é maior do que em relação aos brancos. A Funai não teria recursos financeiros e a FUNASA, reclamam os índios, não atende como deveria. Em função disso, ainda é comum a morte por tuberculose ou desnutrição.

A falta de amparo provocou uma nova fonte de renda. É comum na região de Redentora, Tenente Portela e cidades vizinhas encontrar índias, menores de idade, freqüentando casas de prostituição. Até um cacique foi preso diante da acusação de proxenetismo:

Vizinha da Guarita, a maior e mais populosa, violenta e problemática reserva do sul do Brasil, Tenente Portela abriga a principal área de prostituição indígena no Estado. Nessa cidade de 15 mil habitantes e economia agrícola, pelo menos 60 garotas fazem programas – calculam funcionários da FUNAI (Jornal *Zero Hora*, 07 Ago de 2000, p. 4).

Desde a retomada de nove áreas indígenas na Metade Norte do Estado em 1991, o mapa do Rio Grande do Sul ganhou novas configurações em suas reservas indígenas. Kaingang e Guarani receberam de volta 37,7 mil hectares em reservas. Foi a forma de ressarcir-los por terem sido expulsos de terras demarcadas no início do século 20 por sucessivas ações de reforma agrária. Há, ainda, outros 45 mil hectares reivindicados por essas populações, tão marginalizadas e oprimidas:

Lápides quebradas, túmulos vazios e planos de uma velhice tranqüila deixada para trás. Cemitérios abandonados no norte do Estado expõem a migração forçada de agricultores que – com o estímulo do poder público, criaram raízes no lugar errado: em áreas indígenas demarcadas de 1911 a 1918 pela União” (Jornal *Zero Hora*, 28 Jul de 2002, p. 38).

4.2 Demarcações de Terras Indígenas

De acordo com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1988), o Brasil observou no começo da década de 1970, o início de um movimento indígena, amparado pela sociedade civil:

Foi um período em que várias ONGs surgiram em apoio às demandas dos índios na luta em defesa de seus territórios e de sua cidadania, incluindo o reconhecimento de sua identidade indígena e a

formulação de políticas públicas voltadas à sua saúde, educação e bem estar social (Cardoso de Oliveira, 1988, p.87).

O antropólogo lembra que, no entanto, o movimento não fez com que as ameaças de invasão desaparecessem, mas que elas continuassem de formas e intensidades variadas, acompanhando a diversidade das regiões do país. A demarcação de terras indígenas existe como forma de assegurar aos índios o direito ao usufruto autônomo de seu território. Demarcado o território, cabe ao estado defendê-lo de qualquer tipo de invasão, o que, de acordo com Cardoso de Oliveira, nem sempre acontece, seja por incompetência do órgão indigenista, seja por sua ausência física na área demarcada, que se faz por meio da instalação de postos indígenas (Oliveira, 1988):

“Colonos e índios fecham RS – 324. Agricultores e Kaingang do Alto Uruguai se uniram para reivindicar a demarcação de terras no norte do Estado. Eles bloquearam ontem a RS – 324 entre os municípios de Ronda Alta e Três Palmeiras” (Jornal *Zero Hora*, 06 Out de 1999, p. 32).

Para César Cláudio Gordon Júnior (2005, apud Rigueti, 2005, p.3), a demarcação não garante que os índios se fixem na terra. Isso acontece por uma série de problemas nessa demarcação, tais como a exclusão de rios importantes ou a própria devastação ambiental, que resulta na falta de recursos de caça e pesca que sejam suficientes para as populações indígenas em questão. É preciso facilitar aos índios o acesso ao conhecimento necessários para levar adiante os seus projetos de vida:

Quando uma área demarcada é grande, pode não haver uma infraestrutura básica para o atendimento médico-sanitário imprescindível, já que quase não há índios isolados e existe hoje grande incidência de doenças infecciosas. O antropólogo ressalta que é preciso garantir a integridade de terras demarcadas, impedindo a invasão e a degradação ambiental, por exemplo" (Gordon Junior, 2005, apud Rigueti, 2005, p.3).

Apesar da característica nômade de algumas comunidades indígenas, Roberto Cardoso de Oliveira ressalta que não conhece casos de abandono de um território indígena depois de conquistado pela demarcação. Por isso, ele considera que a questão de demarcação das terras indígenas não deve ser pensada em conjunto com a questão fundiária que envolve os sem-

terra, pois, diferentemente do que acontece com os índios, a principal questão dos sem-terra é fornecer meios para que os trabalhadores se fixem na terra (Cardoso de Oliveira, 1988, p. 112). Isto está narrada na reportagem que se segue:

“A volta dos Kaingang. Uma família de 18 índios Kaingang voltou a se reunir na reserva da Guarita, nove anos após deixar o local. Um incêndio destruiu o acampamento onde estavam ... A Funai garante que a família será integrada ao local” (Jornal *Zero Hora*, 30 Ago de 1999, p.27).

4.3 O Arrendamento de Terras Indígenas

A questão do arrendamento de terras indígenas continua sendo um tema polêmico enfrentado pela Funai em diversos pontos do Brasil.

No Rio Grande do Sul, na reserva Indígena de Ligeiro, localizada nos municípios de Charrua e Tapejara, com uma área de 4.552 ha, ocorreu em fevereiro de 2006 mais um conflito. Uma disputa interna entre lideranças indígenas envolvidas com a prática de arrendamento para sojicultores levou a uma cisão na comunidade indígena, culminando com a expulsão de 300 índios da aldeia.

Segundo notícia veiculada no *site* do ISA, a FUNAI teria divulgado que um dos caciques de Ligeiro estaria alugando parte da terra indígena para fazendeiros em troca de investimentos na correção e preparação das terras para o cultivo da soja, além de parte da safra colhida. Esse cenário levou a FUNAI a publicar no *Diário Oficial da União*, no final de junho, uma Instrução Normativa (IN nº 3, de 28 Jun 06) visando dar uma luz sobre o problema na gestão territorial das áreas indígenas. A Instrução Normativa proíbe a prática de arrendamento, que gera muitos conflitos dentro e fora das comunidades envolvidas, provocando desagregação de aldeias, com o surgimento de lideranças interessadas mais no acúmulo de bens e dinheiro do que nos interesses da coletividade.

Segundo Juracilda Veiga, antropóloga do Núcleo de Cultura e Educação Indígena e editora do Portal Kaingang, afirma que vem ocorrendo na TI Ligeiro subarrendamentos, com idosos e mulheres pressionados a ceder seus pedaços de terra para a liderança ligada aos interesses dos sojicultores. “As roças das famílias são expropriadas em troca de um rancho (cesta básica) mensal. O cacique lhes diz que não vale a pena plantar se eles podem receber os alimentos prontos” (www.socioambiental.com.br/noticias, 26 Jul 06). A antropóloga nota

uma mudança radical nas formas de liderança na comunidade. “Antes os caciques eram marcados pela generosidade, eram aqueles que davam sempre mais do que recebiam. O cacique atual virou um déspota, interessado apenas em enriquecer a eles e aos seus” (disponível em <<http://www.socioambiental.com.br/noticias>, 26Jul 06, p.1).

Através das colocações de Luis Fernando Vilares, procurador-geral da Funai, em reportagem para o ISA, (disponível em <<http://www.socioambiental.org.br/Arrendamento> é um dos principais desafios na gestão territorial de áreas indígenas, em 01 Set 06), percebe-se que o caso do arrendamento na aldeia de Ligeiro é um dos vários casos espalhados pelo país e que obrigou a Funai a dar uma resposta firme. No final de junho de 2006, parte da população expulsa retornou a TI Ligeiro escoltada pelas polícias federal e militar, para mediar o conflito, traçar um plano de gestão territorial e projetos de geração de rendas alternativas ao arrendamento.

Além disso, a FUNAI previu, na Instrução Normativa publicada, punições para funcionários do Órgão coniventes com a prática, que muitas vezes se beneficiam para intermediar processos de arrendamento.

Juracilda Veiga, na reportagem para o ISA acima mencionada, explica que a demanda de produtos agrícolas pelo mercado internacional gerou uma nova pressão sobre as terras indígenas:

“Ao mesmo tempo em que várias delas foram recuperadas, por estarem amparadas no direito constitucional, essas terras estão voltando ao mercado através da prática de arrendamento, feita em parcerias entre indígenas e particulares” (texto a ser publicado na nova edição do livro Povos Indígenas no Brasil (2001-2005), com lançamento previsto para outubro de 2006).

Portanto, percebe-se que o arrendamento é uma alternativa surgida de fora para dentro, que é tanto mais utilizada quanto maior for o interesse de uso econômico da terra por terceiros. Segundo o advogado Fernando Mathias, do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA, soluções simplistas de “legalizar” ou “proibir” o arrendamento pouco contribuem para equacionar o problema:

“A questão requer estratégias de curto prazo, para coibir casos em que haja dano aos povos indígenas (perda de posse territorial, conflitos internos ou degradação ambiental), bem como ações de médio e longo prazo que permitam criar alternativas econômicas que reconheçam e valorizem o patrimônio ambiental e cultural existente

nas terras indígenas de forma mais rentável do que o arrendamento” (www.isa.org.br/noticias, 26 Jul 06).

4.4 Desnutrição, mortalidade infantil, saúde pública e corrupção nas aldeias indígenas do noroeste gaúcho

Em reportagem de Silvana Castro, publicada no Jornal *Zero Hora*, edição de 07 Mar 01, pg 26, é dado um enfoque especial sobre a morte de treze crianças indígenas na aldeia da Guarita, no município de Redentora, região “celeiro” do Estado. A reportagem atribui a questão da desnutrição infantil à situação de miséria a que essas populações estavam submetidas. Das treze crianças que morreram no município de Redentora, todas tinham menos de três anos. A Reserva da Guarita, que abriga 2,8 mil kaingang e guarani, concentra os óbitos. No ano de 2000, no mesmo período, foram detectados seis óbitos, sendo somente um deles por desnutrição:

“Na semana passada, mais seis crianças foram encaminhadas para Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) de hospitais de Ijuí e Passo Fundo. Uma outra está no Hospital Santa Rita, de Redentora, aguardando a remoção para uma instituição que tenha UTI. No início da tarde de ontem, a aldeia Missão Vila São João, na Reserva da Guarita, assistia a uma cena já familiar. O corpo de Sheila Faque, de um ano e dois meses, chegava em um pequeno caixão para ser velado em uma das igrejas da comunidade. Depois de ter passado por três internações, a menina, a vítima mais recente da desnutrição, morreu às 11 h 30 min de ontem no Hospital Santa Rita. –Ela estava doente havia dois meses, só vomitando – contava a avó, Ana Leopoldina, 53 anos” (*Zero Hora*, 07 Mar de 2001, p. 26).

As explicações para o aumento da mortalidade são divergentes. Entidades ligadas às comunidades indígenas, a Prefeitura e até mesmo os índios possuem posições diferentes para justificar os óbitos. A mais aceitável é que programas assistenciais de saúde teriam deixado de ser desenvolvidos pela FUNASA, ligada ao Governo Federal. Leite e misturas nutritivas não estariam mais sendo distribuídas à população, que estaria privada ainda de um trabalho de conscientização que transformasse os seus hábitos alimentares. Essa explicação é reforçada por uma reportagem de Lisiane Gonçalves Dias, publicada no Jornal *Zero Hora*:

“A falta de entrosamento entre os poderes públicos municipal, estadual e federal explica os problemas que estão afetando a saúde da

comunidade indígena do norte do estado, principalmente nas aldeias localizadas em Nonoai ... De um lado, a Secretaria de Saúde de Nonoai denuncia o abandono do Estado e da FUNASA para com os índios, em especial no repasse de verbas. De outro, a FUNASA reclama da falta de projetos da prefeitura de Nonoai que justifiquem as verbas solicitadas. – Falta, também, apoio do município na criação e na execução de programas que beneficiem os índios. Isso pode ser verificado na notória diferença entre as situações das aldeias de Nonoai (1,9 mil índios) e Planalto (848 índios) – justifica a chefe da equipe de Saúde Indígena da Coordenadoria da FUNASA no Estado, Tânia Dutra. Conforme Tânia, um dos maiores exemplos dessa realidade é o fato de Planalto não ter registrado números tão elevados de internações pediátricas, tampouco ter sido atingido pela grave onda de desnutrição que matou cinco crianças entre junho e julho em Nonoai ...” (*Zero Hora*, 24 Jul de 1999, p. 40).

Somam-se, ainda, a falta de programas para carências nutricionais, deficiência de transporte, materiais, equipamentos e recursos humanos. A falta de leite e misturas nutritivas, a ausência de um trabalho de conscientização que transformasse os hábitos alimentares, bem como a ausência de uma política de saneamento básico na reserva são tidas como causa dos problemas. Além das mortes, outras vinte e três crianças, segundo reportagem no *Correio do Povo*, de 12 mar 01, pg 16, foram internadas em hospitais de Redentora, Ijuí e Passo Fundo. Posteriormente à abordagem do problema pela imprensa, muitas iniciativas foram deflagradas.

Foi realizado um mutirão contra a fome na reserva, onde 315 índios kaingang da Reserva da Guarita (mulheres grávidas em fase de amamentação e 68 crianças com até 3 anos de idade) com problemas de desnutrição começaram a receber, a partir de 13 mar 01, refeições preparadas em escolas da aldeia. Ao todo, a ação emergencial envolveu 308 famílias indígenas em situação de risco. Em entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, em 13 mar 01, pg 33, o médico antropólogo da FUNASA, Marcos Pellegrini, que acompanhou trabalhos desenvolvidos na reserva, disse acreditar que questões culturais também estão por trás da desnutrição. Para ele, os índios perderam seus costumes alimentares antigos, pois assimilaram a cultura do branco. Faz-se necessário realizar um trabalho de recuperação da forma original, com folhas, raízes e pratos típicos no cardápio:

“Kaingang atribui mortes a questões culturais. Todas as 12 crianças indígenas que morreram por desnutrição de dezembro a março deste ano em redentora eram kaingang. Na reserva vivem também guaranis. A mortalidade nas aldeias kaingang pode ser atribuída a questões culturais, como acredita um dos integrantes da equipe da Saúde do

Índio de Tenente Portela, Pedro Sales. –Os guaranis são mais voltados para sua própria cultura. Eles não deixaram que os brancos interferissem nas suas tradições – explica o Kaingang Sales” (*Zero Hora*, 13 Mar de 2001, p. 33).

Foi levantado por dirigentes do CIMI que a FUNASA teria uma parcela de responsabilidade, pois não informara a situação de desnutrição na qual se encontravam algumas famílias da aldeia.

“Conselho reclama da falta de avisos. A tragédia ocorrida em Redentora poderia ter sido evitada, na opinião da coordenadora do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Maria Luiza Soares. Lamentamos que a FUNASA, que é membro do Conselho, não tenha nos comunicado antes sobre o que estava acontecendo, pois teríamos pedido o auxílio do Estado... Dez dos óbitos poderiam ter sido evitados, destacando que a realidade da região era de conhecimento da FUNASA desde novembro passado” (*Correio do Povo*, 13 Mar de 2006, p. 16).

Em reportagem de *Zero Hora* de 15 mar 01, pg 41, há um relato da situação de um casal kaingang, acampado em um terreno baldio no município de Bagé, que recentemente havia perdido um filho. Em sete anos, o casal havia perdido três filhos. O último teve morte atestada por desnutrição severa. O grupo era originário do Posto de Irapoá, em Tenente Portela, e perambulava pelo Estado há 10 anos, vendendo artesanato. Analfabetos, sem certidão de nascimento e sem profissão, a família tinha uma renda mensal de R\$ 30,00 oriunda da venda de balaios. Embora pouco, o casal relatou à reportagem que as condições em que viviam ainda são as melhores do que as oferecidas na aldeia:

“A morte do indiozinho surpreendeu a família. Ele estava brincando com um dos três irmãos à beira do fogo que a mãe cozinhava. Ismael, dois anos, encostou um canudinho quente no braço do menino, que chorou por instantes e depois caiu. Somente um tempo depois, Cenira percebeu que o menino estava inerte ... O grupo de quatro adultos e agora três crianças – além de Ismael, Jocimar, oito anos, e Maicon, cinco – veio de Posto de Irapoá, em Tenente Portela, e perambula pelo estado há 10 anos, vendendo artesanato. Analfabetos, sem certidão de nascimento nem profissão – sabem apenas caçar, pescar e produzir artesanato -, os Sales têm uma renda mensal de R\$ 30,00 oriunda da venda de balaios. O casal diz que as condições em que viviam ainda são melhores do que as oferecidas na aldeia. – Lá, sim, estávamos sozinhos – diz Cenira” (*Zero Hora*, 15 Mar de 2001, p. 41).

Pelo que se pode acompanhar através da imprensa, após as notícias veiculadas sobre a situação em que estavam submetidos os indígenas de Guarita, o poder público municipal movimentou-se para buscar recursos junto aos órgãos federais para a execução de obras na reserva da Guarita, especialmente na área de saneamento básico.

O Coordenador do Programa da Saúde da Família, Marcos Pinheiro, afirma em reportagem do *Correio do Povo* de 19 maio 01, que há um certo desleixo por parte de muitas famílias indígenas, onde as mães não acompanham adequadamente os filhos, agravado também pelas más condições de habitação que pioram a situação de vida dos 2.490 índios da reserva. Percebe-se, também, que a corrupção presente dentro das reservas indígenas é um fator que ajuda no empobrecimento dessas comunidades e na queda da qualidade de vida dos indígenas. Em reportagem veiculada pelo jornal *Zero Hora*, de 27 jul 02, noticia-se a prisão de um cacique por arrendamento de terras indígenas ilegalmente. A mesma atividade foi difundida pela mídia no 1º semestre de 2006, com investigação da Polícia Federal:

“Cacique condenado por arrendar terras. O Tribunal Regional Federal da 4ª região manteve esta semana a condenação a dois líderes Kaingang que arrendavam terras indígenas. O cacique Valdir Joaquim e Oracildo Joaquim são acusados de estelionato, por terem arrendado cerca de 17 hectares de terra pertencentes à Reserva da Guarita, no noroeste gaúcho. Ambos terão de prestar serviços à comunidade indígena durante dois anos” (*Zero Hora*, 27 Jul de 2002, p. 29).

Cabe ressaltar que, em 01 set 03, indígenas da Reserva da Guarita apreenderam dois veículos da FUNASA em protesto contra os maus serviços prestados pela entidade no atendimento aos indígenas. Serviram de argumentos dos indígenas o não cumprimento de horários por motoristas que realizavam o transporte dos doentes até os hospitais situados fora da Reserva e a solicitação de melhora na infra-estrutura em dois ou três Postos de Saúde existentes na aldeia.

Na manhã de 02 set 03, houve uma reunião no Toldo da Estiva, com representantes do Ministério Público, FUNASA, Secretaria Municipal da Saúde e Vice-prefeito do município de Redentora, onde ficou acertada a troca dos motoristas da FUNASA, o cumprimento do horário dos motoristas pelo turno da manhã e tarde à disposição dos indígenas, bem como a criação de uma central de atendimento na Aldeia Irapuã. A imprensa ainda relatou que após a reunião os carros foram liberados. Essa manifestação ocorrida em 2003 nos leva a concordar que já em 2001, quando das mortes por desnutrição, a FUNASA exercia trabalhos insatisfatórios na aldeia. Muitas serão as justificativas para a mortandade infantil que atingiu a

aldeia da Guarita. Mas o motivo preponderante, com certeza, é a situação miserável que essas comunidades vivem.

Em agosto de 2003, a imprensa divulgou que o chefe do Posto Indígena da FUNAI, na Reserva, deixou o cargo por suspeita de envolvimento em atividades ilícitas na aldeia. Também foi especulado que chamava a atenção dos moradores da região que, mesmo sendo proibido o arrendamento de terras indígenas, brancos que residem próximos à reserva continuassem realizando os preparativos de terras indígenas para o plantio de milho e feijão, inclusive com derrubadas de capoeiras e queimadas das mesmas.

A corrupção dentro das aldeias ocorre de diversas formas, variando da venda de insumos agrícolas fornecidos pelos governos Federal e Estadual, até o beneficiamento de parte da população indígena que apóia essas lideranças responsáveis pelos delitos.

Quando a deputada federal Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores, apresentou na Assembléia Legislativa, em reunião promovida em 28 abr 03 pelos Gabinetes dos deputados estaduais Estilac Xavier (PT), presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e deputado estadual Sérgio Görge (PT), um relatório sobre a situação das comunidades indígenas, foi denunciado a retenção de cartão bancário de aposentados, como forma de garantir pagamentos de compras realizadas por índios no comércio local. Conforme o relatório, o próprio comerciante vai ao banco, acompanhado ou não do dono do cartão e efetua o saque. Segundo o relatório, teria sido o índio Leopoldo Crespo o denunciante à polícia do esquema de extorsão, assassinado em 06 de janeiro de 2003, no município de Miraguaí.

Também foi denunciado pela imprensa que na reserva da Guarita, no início do ano de 2003, estavam sendo verificadas irregularidades promovidas por lideranças de um dos Toldos, que envolvia o desvio de materiais que a reserva recebia, tais como bois, vacas, adubos, sementes, etc, vendidos a alguns agricultores brancos que residiam próximo à Reserva. Os envolvidos também seriam suspeitos de escolher as famílias a serem beneficiadas com casas populares distribuídas à comunidade indígena, porém, seria cobrada uma taxa de R\$ 150,00 de cada família, pela indicação para a obtenção de tal benefício.

“Vem sendo verificado na Reserva Indígena do Guarita, situada nos municípios de Redentora, Tenente Portela e Herval Seco/RS, várias irregularidades referentes a recursos recebidos do Governo Estadual e Federal. Lideranças de um dos Toldos estaria desviando materiais que a Reserva recebe, tais como: bois, vacas, adubos, sementes, etc, e os venderia a alguns agricultores brancos que residem próximo à Reserva. Ainda recai sobre os suspeitos a responsabilidade de extorsão, através da seleção das famílias a serem beneficiadas com casas populares distribuídas à comunidade indígena através da

cobrança de uma taxa de R\$ 150,00 de cada família, pela indicação para receber tal benefício” (*Zero Hora*, 26 Jan 03, p. 27).

Em 07 de fevereiro de 2003, a Polícia Federal de Santo Ângelo/RS realizou busca e apreensão em um mercado situado no município de Miraguaí. No local foram encontrados vários cartões magnéticos utilizados para a retirada das aposentadorias de indígenas, além de outros documentos pessoais dos índios. Os documentos serviam como garantia de pagamento de compras efetuadas pelos índios no referido estabelecimento comercial:

“A reserva indígena do Guarita, situada nos municípios de ..., com uma área de 23.133 hectares e uma população de aproximadamente 6.000 índios, pertencentes a etnia Kaingang e Guarani, estão sendo vítimas de atividades irregulares, cometidas por comerciantes brancos que residem próximo a referida reserva. Em 07 fev 03, a Polícia Federal de Santo Ângelo realizou busca e apreensão no mercado de propriedade de ... situado no município de Miraguaí. No local foram encontrados vários cartões magnéticos utilizados para a retirada das aposentadorias dos indígenas, além de outros documentos pessoais dos índios. Os documentos eram mantidos como garantia de pagamento de compras efetuadas pelos índios no seu estabelecimento comercial....” (*Zero Hora*, 08 fev 03, p. 32)

Portanto, os fatos narrados acima, retirados em sua maioria de reportagens da imprensa gaúcha, conforme descrição na bibliografia, nos dão uma pequena idéia de como funciona a corrupção dentro das aldeias indígenas, o que nos leva a deduzir que a própria corrupção, já em 1999, ajudou no aumento da miserabilidade daquelas comunidades, sendo mais um dos fatores promotores da desnutrição que levou à morte várias crianças indígenas naquele ano. Consideramos, contudo, a imprensa como um veículo que deve ser analisado como mais um meio de produção de representações em nossa sociedade e que o que ela produz deve ser também questionado.

Noutra latitude de análise, podemos deduzir que a baixa escolaridade, a falta de acesso à informação, desorganização política, falta de capacidade de autocondução, aliados a um histórico processo de dominação e imposição cultural, foram aspectos preponderantes para que essa situação de miséria, espoliação e fome se desenvolvesse e tivesse como desfecho a morte de crianças. O contato interétnico e o processo de colonização impeliram aquelas populações a estas condições de existência, o que, numa análise como esta não deve ser negligenciado.

4.5. O papel da imprensa na difusão da causa indígena

Neste capítulo, veremos a formação da imprensa nacional, como embasamento para a análise dos problemas enfocados, na difusão da causa indígena.

4.5.1- A Imprensa brasileira e sua formação

No período do Brasil colônia, a imprensa se fez ausente e pouco desejada pelo poder luso. Já na América Espanhola, a imprensa foi estruturada pela necessidade de aculturação daquelas sociedades. Lá a imprensa tinha um papel a desempenhar, devido à dualidade de culturas que representava riscos ao domínio da coroa espanhola. No Brasil colonial, o poder dominador lusitano considerou não existir essa necessidade. Portanto, a imprensa, foi sintoma da intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, sendo combatida toda e qualquer forma de estruturação.

Através da leitura de Nelson Werneck Sodré, em a *História da Imprensa no Brasil*, percebe-se que no Brasil Colonial o livro era visto como um instrumento herético, controlada sua entrada nos portos e, sempre que possível, apreendidos ou censurados. As iniciativas de implantação de uma imprensa muitas vezes era combatida, como em 1746, no Rio de Janeiro, quando a corte mandou apreender e queimar material tipográfico de uma pequena oficina no Rio de Janeiro, para que não fossem propagadas idéias contrárias aos interesses do Estado.

O autor manifesta a idéia de que era necessário manter as colônias fechadas à cultura como característica da própria dominação.

A ideologia dominante prioriza a ignorância como virtude da sociedade da época.

A ordem insistia ainda em explicações elucidativas: “Não sendo conveniente haver aí tipografias, nem mesmo utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no Reino, de onde podiam vir impressos os livros e papéis, no mesmo tempo em que deviam ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais não se podia imprimir nem correr obras”. No dizer de Moreira de Azevedo, “não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância”. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude (Sodré, 1999, p.18).

A imprensa surgirá no Brasil sob proteção oficial e por iniciativa oficial, com a vinda da família real. O autor relaciona o atraso da imprensa brasileira ao atraso do capitalismo, ou ausência de capitalismo e burguesia. No período imperial o Brasil contará com uma imprensa mais bem estruturada, manifestada em jornais prósperos e bem organizados. Alguns jornais,

com menor estrutura, são ligados a partidos políticos e seus interesses. Outros jornais mais lidos mostravam uma certa imparcialidade e independência, onde os anúncios invadiam inclusive as primeiras páginas, deixando diminuto espaço para redação, onde se esparramavam fatos insignificantes. Segundo o autor, carecia aos jornalistas mais critério e método.

O desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado ao desenvolvimento do país. A imprensa brasileira, refletindo uma capitalização ainda na infância, não teve as condições para criar certos mecanismos necessários, como agências de notícias e serviços telegráficos no exterior, tendo que aproveitar os serviços já existentes de outras empresas, sendo exigido pelas mesmas um certo alinhamento ideológico na retransmissão da notícia.

A imprensa industrial da fase capitalista diverge da imprensa artesanal pela divisão do trabalho que necessitou ser ampliado e pela divisão de classes (proprietários ligados à burguesia, trabalhadores intelectuais vinculados à classe média ou pequena burguesia e operários ligados à classe proletária). São classes diferentes, com interesses diferentes e que se manifestam contraditoriamente:

Assim como aos camponeses não pertence a terra, nem aos operários as fábricas, nem aos assalariados em geral os meios de produção, - lavram os homens de imprensa em seara alheia. Deles não são os veículos informativos: o jornal, o rádio, as agências telegráficas, a televisão e o cinema (Sodré, 1999, p.417).

Cabe ressaltar que a própria imprensa estrangeira se instalou aqui através de revistas, como *Seleções* e *Visão*, impregnadas de um cunho político, direcionadas a formar a opinião de algumas classes, usando alguns testas-de-ferro, não contrariando dispositivos da Constituição. Essas publicações eram superiores em material e a aquisição chegava perto da gratuidade. Tudo isso facilitava o controle da opinião, que posteriormente se ampliou a editores e livros, generosamente subsidiados, dificultando a concorrência no mercado, embora de conteúdos quase sempre fracos.

Fica clara na obra de Werneck Sodré, que as grandes empresas jornalísticas do país na década de 60, estavam formando um império econômico mediante favores de bancos oficiais, calotes na Previdência Social e no Fundo Sindical, aceitando propina de grupos transnacionais para defender os seus interesses. Percebia-se, a cada eleição, um fortalecimento dos cofres dos jornais e de seus proprietários, com uma fabulosa quantidade de dinheiro, através da propaganda ostensiva eleitoral ou da subvenção proporcionada por entidades com suas origens pouco confiáveis, que se prestavam ao papel de lavagem financeira para esses órgãos.

4.5.2. A difusão da questão indígena das aldeias do noroeste gaúcho pela imprensa

As sociedades indígenas sempre foram matéria para jornais. Talvez, como tratamos anteriormente, pela atenção que despertam no público leitor. Conforme Alves (1999, p. 3), o que muda ao longo dos tempos é o ângulo das abordagens dessas questões pela imprensa. No passado, os índios eram tratados como violentos, pois se precisava justificar o processo de dizimação, dominação e opressão. Hoje, ocupam o papel de vítimas do sistema ou da corrupção no interior de suas próprios grupos.

Com a criação do SPI, em 1910, e dentro de uma filosofia positivista, sintetizada na “doutrina de proteção fraternal ao silvícola”, liderada pelo engenheiro-militar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, ocorre uma leve mudança no trato das questões indígenas. Rondon passou a criticar as práticas de extermínio dos silvícolas, pregando um tratamento mais humanitário aos mesmos (Cardoso de Oliveira, 1995, p.65 apud Alves, 1999, p.4). A imprensa começa aos poucos a mudar seu discurso, procurando manter um certo alinhamento com a política proposta por Rondon.

De acordo com a observação de Alves (1999, p. 5), nos anos 60, os indígenas se fazem mais presentes nos noticiários devido à criação da FUNAI, a ocupação da Amazônia e a atuação de antropólogos como Darcy Ribeiro, que se voltaram para pesquisas envolvendo assuntos indígenas. Na década de 90, em função da ECO-92, no Rio de Janeiro, promovida pelas Organizações das Nações Unidas, os índios são descobertos pela imprensa brasileira como ecologicamente corretos, devido ao trato com os recursos naturais e aos poucos danos causados ao meio-ambiente.

Atualmente, o enfoque dado às questões indígenas é outro. A nova postura democrática da sociedade formou profissionais da imprensa com uma visão diferente no trato das minorias étnicas. Mesmo que as reportagens ainda sejam um pouco factuais e pouco reflexivas.

Conforme a jornalista Priscila Siqueira (1992, apud Alves, 1999, p.6), surge um conflito entre as causas humanistas, defendidas pelos jornalistas, e os interesses econômicos (da empresa jornalística) evitando contrariar os interesses de anunciantes, as posições de assinantes e alguns setores oficiais do governo:

“Índios fazem três brigadianos reféns. Norte do Estado: PMs foram rendidos por cinco horas em posto da FUNAI. Índios mantiveram reféns três PMs por mais de cinco horas, em Benjamin Constant do Sul, no norte do Estado” (*Zero Hora*, 30 Ago de 2004, p. 22).

Pode-se perceber em mais esta reportagem de *Zero Hora*, que trata sobre a invasão da fazenda Sananduva, o enfoque observado na obra de Siqueira:

“Índios invadem fazenda em Sananduva. Grupo alega que cem hectares pertenciam a seus antepassados. Os indígenas, que saíram da Reserva de Ligeiro, em Charrua, por não concordar com o comando do cacique Danilo Braga, reivindicam cem hectares da propriedade, alegando que área pertencia a seus antepassados ...” (*Zero Hora*, 21 Ago 2004, p. 31).

Em outra reportagem do CP, também observamos este aspecto:

“Índios serão desarmados pela BM. Operação na Reserva de Ligeiro, em Charrua, foi definida ontem durante reunião em Passo Fundo. A Brigada Militar deverá promover o desarmamento dos homens leais ao cacique Danilo Braga, para tentar por fim ao conflito com kaingang dissidentes” (*Correio do Povo*, 08 Jun 04, p. 18).

Por outro lado, não podemos deixar de salientar o papel importante da imprensa gaúcha, que serviu como instrumento de divulgação da vida destas comunidades, denunciando irregularidades, injustiças, necessidades e também experiências positivas desses povos. Dessa forma, a mídia participou indiretamente na novela do indigenismo brasileiro:

“Índias prostituídas. As cidades sitiadas por aliciadores. A prostituição de indígenas constringe algumas cidades ao redor de reservas. As iniciativas de autoridades para acabar com o problema têm sido derrotadas por aliciadores e donos de bordéis. Eles se aproveitam da miséria das índias e da falta de escrúpulos de alguns líderes kaingang. Assim robustecem seu comércio ilegal diante de uma comunidade atônita ...” (*Zero Hora*, 07 Ago de 2000, p. 4).

Através da divulgação da imprensa, situações como essas e outras vieram a público, forçando uma busca de soluções pelos órgãos responsáveis ou, ao menos, o conhecimento destas. Contudo, ao analisar o conteúdo das reportagens selecionadas para este trabalho, percebe-se que, embora a imprensa enfoque os problemas sociais dos indígenas, não aprofunda as raízes desses problemas, que geralmente estão ligados à expropriação histórica dessas populações. Quando a questão abordada é a terra, o enfoque é desviado para a diminuição da produção econômica, perda de receita nos municípios atingidos pelas desapropriações, transtornos causados às famílias que deixarão as respectivas áreas, atribuição de culpa à política equivocada dos governos que realizaram os assentamentos, entre outras argumentações.

Fica claro um alinhamento do veículo de comunicação, da ideologia da reportagem com os interesses políticos e econômicos dos consumidores das notícias e das forças econômicas que anunciam nesses veículos, principalmente quando o tema é a questão agrária:

“Kaingang tomam terras de colonos. Os índios invadiram, na madrugada de ontem, área ocupada por pequenos agricultores no interior de Espumoso. ...A primeira leva de invasores chegou à fazenda por volta das 2h. Às 4h30min, um segundo grupo engrossou o número de Kaingang que se encontravam no local. Por fim, quase ao raiar do dia, um último caminhão repleto de móveis, cachorros e galinhas aportou na propriedade. Sem a mesma experiência do MST em invasões, os índios descuidaram-se de questões como segurança do local. Quando deram-se por conta do equívoco, cerca de 20 kaingang deslocaram-se em disparada para a porteira, munidos de paus e de pedras ... (*Zero Hora*, 16 Mar de 1999, p. 32)”.

Nesta reportagem do Jornal *Correio do Povo*, veiculada em Abr de 1999, pode-se perceber a questão em enfoque:

“Índios impedem a colheita da soja. Bloqueio de estrada vicinal em Nonoai e invasão em Capão Alto causam prejuízo aos produtores. ...Os Kaingang mantêm o bloqueio da estrada vicinal, iniciado ainda quinta-feira da última semana, o que impede que sejam colhidas cerca de 6 mil sacas de soja das propriedades rurais. Numa área de 4 mil hectares reivindicada pelos índios existem pelo menos 15 lavouras que deverão produzir aproximadamente 20 mil sacas de soja” (*Correio do Povo*, 27 Abr 99, p. 16).

Novamente, nas reportagens veiculadas no Jornal *Zero Hora*, em julho e agosto de 2002, a questão observada se repete:

“Tensão entre colonos e índios abala região. Lápides quebradas, túmulos vazios e planos de uma velhice tranqüila deixados para trás. Cemitérios abandonados no norte do Estado expõem a migração forçada de agricultores que – com o estímulo do poder público – criaram raízes no lugar errado: em áreas indígenas demarcadas de 1911 a 1918 pela União... Depressão acomete produtores despejados. A angústia da espera e a migração forçada também têm criado problemas de saúde para os moradores da região. Nos últimos meses, o médico Edmundo Reategui, diretor clínico do Hospital do Trabalhador de Ronda Alta, conta ter atendido a pelo menos 50 casos de depressão e doenças somáticas de fundo nervoso, como gastrites e diarreias. Todos eles, com queixas sobre o problema da incerteza de não ter para onde ir” (*Zero Hora*, 29 Jul 02, p. 39).

“Modelo econômico é o desafio indígena... A ocupação foi um erro governamental, ao lotear as reservas. Ocorreu da mesma forma no Paraná e em Santa Catarina – diz Mendes, presidente da Funai. Somente na metade norte do Rio Grande do Sul, 37,7 mil hectares estão sendo devolvidos aos índios. No território, a visão de produtividade mudou. Culturalmente acostumados a plantar e a colher para subsistência, os indígenas passaram décadas alheios à capacitação tecnológica. Para o presidente da Funai, o modo agrícola indígena encontra problemas na hora de enfrentar o mercado e competir com a realidade branca. ...Eles nunca serão produtores como os brancos, têm uma outra maneira de gerir a terra. Esperamos que, preservando a cultura indígena, eles incorporem tecnologias para resgatar o meio ambiente e garantir a subsistência – admite Mendes” (*Zero Hora*, 01 Ago 02, p. 35).

Em outra reportagem do Jornal *Zero Hora*, publicadas em julho de 2002, é novamente enfatizado os interesses econômicos:

“Reservas ameaçam economia de cidades. Os marcos da Reserva de Rio dos Índios, no norte gaúcho, cruzam o maior empreendimento turístico de Vicente Dutra. De um lado do rio, Kaingang acampam há dois anos e meio. Dali eles cobiçam um resort de

piscinas de águas minerais, situado na outra margem e que deverá ser assumido pela União e entregue a eles. Quando isso ocorrer, o município voltará a ser um vilarejo, sem ambiciosos projetos capitalistas. Pelo menos outras 19 cidades gaúchas sentem o impacto econômico causado pela devolução de 37.7 mil hectares indígenas loteadas e ocupadas há mais de 40 anos. A situação peculiar em Vicente Dutra revolta o prefeito Tomaz Rossato (PMDB). Durante o verão, a população de 6,3 mil habitantes triplica com hóspedes nas cabanas e nos campings. Dos R\$ 3 milhões arrecadados pelo município anualmente, o turismo tem participação de 40%. O restante vem da agricultura, que perderá 715 hectares de pequenas propriedades. – Por que transtornar toda a organização e economia de uma cidade? ...Se toda a produção animal e vegetal da área deixar de existir, o faturamento local cairia em R\$ 6 milhões anuais. Juntas, as quatro cidades dentro da reserva – Ronda Alta, Constantina, Engenho Velho e Três Palmeiras, arrecadam R\$ 16,6 milhões... Em Planalto, um bairro inteiro será desalojado, com 143 casas, para completar a ocupação indígena no Toldo Nonoai...” (*Zero Hora*, 30 Jul 02, p. 37).

Poucas matérias jornalísticas falam nas invasões e expulsões provocadas pelos colonos ao longo do tempo. Há uma expectativa que o comportamento desses veículos de comunicação se modifiquem ao longo dos tempos, procurando conscientizar a sociedade da necessidade de políticas públicas voltadas às questões indígenas. É importante salientar que a maioria desses problemas nasceu em função do progresso dos “civilizados”, à medida que ocorreram as expulsões e a diminuição das áreas indígenas.

Ao percorrer o noroeste gaúcho, ainda se encontram alguns capões de mata nativa que no passado cobriam essa área e de onde os índios tiravam o seu sustento. Atualmente, esses pedaços de mata estão ilhados por lavouras. Percebe-se a semelhança desses resquícios de mata com áreas de preservação na Província de Misiones (RA), no Parque Florestal do Iguaçu (PR), algumas áreas acidentadas do interior de Santa Catarina, no santuário de Caraó (RS), etc. Essa mata foi retirada ao longo dos anos, em nome do progresso e do desenvolvimento de nossas cidades, em especial da região noroeste, para possibilitar a imensidão de lavouras que ocupam a região. Informar sobre isso, proporcionar o debate para que a sociedade analise as conseqüências desses fatores aos povos indígenas, é o que ainda falta nas reportagens da imprensa gaúcha.

Informações com este cunho pouco estiveram presentes nas reportagens do período analisado, exceção ocorrida num pequeno trecho de uma reportagem de duas páginas, numa edição dominical do Jornal *Zero Hora* no ano de 2002:

“Aos 82 anos, o kaingang Frásio do Nascimento lembra quando deixou Serrinha, na juventude. Após ter a casa queimada por brancos que exploravam a região, diz ter caminhado, ao lado da mãe e de cinco irmãos, por três dias até a área onde viviam os indígenas Kaingang em Nonoai. Diz nunca ter perdido a esperança de retornar. De volta à terra natal, ele cuida de uma pequena roça e lamenta a falta dos pinhais antes em grande número e da caça. Mas agora pode morrer tranqüilo – conforma-se” (*Zero Hora*, 28 Jul de 2002, p. 39).

5. CONCLUSÃO

Mediante a conferência das matérias dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, em edições dos anos de 1999 a 2004, percebeu-se que houve uma constância na divulgação de informações sobre os problemas envolvendo as aldeias indígenas do noroeste gaúcho. Em algumas situações mais graves, como rotineiros bloqueios de rodovias, invasões de prédios públicos, seqüestros de agentes da Funai, os dois jornais deram cobertura, com maior destaque as edições de ZH.

Foram aproximadamente 132 notícias publicadas sobre a questão indígena. No universo dessas publicações, 84 foram positivas à causa indígena, 39 foram negativas e 09 de caráter imparcial. O enfoque maior foi para as questões fundiárias, com 53 publicações, seguida de 36 publicações sobre os protestos indígenas. As restantes envolviam questões com saúde, direitos humanos, cultura e situações de miséria dessas populações.

O Jornal *Zero Hora* liderou em matéria de número, atingindo 80 publicações, contra 52 do Jornal *Correio do Povo*. Percebeu-se um vazio em publicações sobre educação. Destacou-se no ano de 2000 o enfoque dado à prostituição de índias de algumas aldeias da região, salientando-se novamente a cobertura jornalística de ZH.

No ano de 2001, foi dada uma cobertura especial pela imprensa à questão da desnutrição infantil nas aldeias, em especial na aldeia da Guarita, com a morte de muitas crianças. Outras questões, como a corrupção de lideranças e a saúde indígena, são tratadas de forma esporádica e com menor ênfase.

Pode-se constatar que é pequeno o número de matérias que observam em primeiro plano a opinião do indígena. Na grande maioria, a ênfase maior é dada às vozes que representam setores dominantes da sociedade, como representantes políticos, órgãos oficiais como FUNASA e FUNAI, entidades representativas, entre outras.

Ainda se faz ausente uma discussão aprofundada da questão indígena nas matérias averiguadas. Exceto, em casos especiais, como o das “índias prostituídas” e da “mortalidade de crianças kaingang” e de questões envolvendo desapropriações.

De uma forma mais abrangente, podemos constatar que as sociedades indígenas do noroeste gaúcho muito têm a conquistar em quesitos como cidadania, qualidade de vida, democracia, saúde pública e direitos humanos.

A categoria “índio” na maioria das vezes é destacada de uma forma estereotipada, preconceituosa, e, como observou Alves (1999, p. 21), folclórica, deixando de lado a valorização das identidades indígenas. O teor das reportagens, conforme observamos anteriormente, atende aos interesses das camadas da sociedade que anunciam nos espaços dos jornais com publicidade e que consomem as notícias. Quando as questões ligadas a desapropriações de áreas em favor dos indígenas são tratadas, prevalece o enfoque dos interesses capitalistas, instrumentalizados pelos representantes do mercado consumidor de grãos. As reportagens chegam a ser apelativas. Visam sensibilizar a sociedade com a problemática social que causará a transferência de colonos da respectiva área.

Como é uma região muito produtiva, com propriedades bem estruturadas e capitalizadas, conseqüentemente com representação política, as vozes de resistência estão presentes na maioria das reportagens. Portanto, faz-se necessário que essas comunidades indígenas continuem se organizando através de seus movimentos sociais e representativos. Que seus membros busquem cada vez mais espaço na sociedade, façam valer seus direitos, avancem em suas conquistas, reivindiquem, exerçam a democracia escolhendo líderes comprometidos com suas expectativas. Que a voz indígena seja ouvida e respeitada.

À sociedade gaúcha caberá ouvir e compreender a problemática contextualizada nessas comunidades e analisar as notícias sobre a temática indígena com critérios mais críticos.

6. BIBLIOGRAFIA

ALVES, André Luís. 199. **A Difusão da Questão Indígena pela Imprensa**. Universidade Federal do Mato Grosso.

BECKER, Ítala Irene Basile. 1976. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS – Instituto Anchieta de Pesquisas (Pesquisas, Antropologia,29).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998.

Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In: *Antropologia do Brasil: mitohistória, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIROTTO, Renata Lourenço. **Por uma nova textura histórica: o movimento de professores indígenas guarani/kaiová de Mato Grosso do Sul – 1988 a 2000**. CAPES, 2004 (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

HECK, Egon Dionísio. **Os índios e a caserna – Políticas indigenistas dos governos militares – 1964 a 1985**. Campinas, 1996. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), UNICAMP.

MELATTI, Julio Cezar. Índios da América do Sul – Áreas Etnográficas. (disponível em <<http://www.geocities.com> em 25 Nov 06).

MONSERRAT, Ruth; EMIRI, Loretta (orgs.). **A conquista da escrita – encontros de educação indígena**. São Paulo: OPAN; Iluminuras, 1989.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo** . Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

RAMOS, Alcida Rita. **O Índio hiper-real**. Trabalho apresentado no Seminário “Ética: O Desafio da Antropologia”. IUPERJ, 11 de junho, 1990.

100 Indigenismo de Resultados - Série Antropologia – Brasília – 1990 (www.monografias.com – em 28 Nov 06 - Trabalho a sair na revista Tempo Brasileiro).

RIGUETTI, Sabine. Riquezas em terras indígenas geram conflitos. 2005 (Disponibilizada em <<http://www.comciencia.br> em 01set06).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil** – 4ª Edição – 1999

SAINT – HILAIRE, August. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Brasileira da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2001.

TOMMASINO, Kimiye ; FERNANDES, Ricardo Cid. Povos Indígenas do Brasil. (Disponível em <<http://www.socioambiental.org>, em 16Jul07).

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **A Alteridade Negociada – a trajetória da questão indígena na Assembléia Nacional Constituinte (de 1987 a 1988)**. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília, 1990.

FONTES DOCUMENTAIS

FUNAI – 1996 Terras Indígenas Tradicionais – procedimento demarcatório (Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996). Arquivos da FUNAI – Passo Fundo/RS

FUNAI – 1997 Procedimentos para a Identificação de Terras Indígenas: Manual do Antropólogo – Coordenador. Proposta – 1ª Versão 10/10/1997. Arquivos da FUNAI – Passo Fundo/RS

Reportagens de Jornais: foram coletadas as reportagens entre 1989 e 2004, publicadas nos Jornais Zero Hora e Correio do Povo, as quais serviram de embasamento para este trabalho.

Destacam-se, em especial, as seguintes reportagens:

Reportagem entrevistando a antropóloga Juracilda Veiga, publicada em ZH, edição de 28 Jul 02, pg 39;

Reportagem entrevistando o médico e antropólogo Marcos Pellegrini, publicada em ZH, edição de 13 Mar 01, pg 33;

Reportagem publicada em ZH, edição de 15 Mar 01, pg 41;

Reportagem publicada em ZH, edição de 27 Jul 02;

Reportagem publicada em ZH, edição de 07 Mar 01, pg 26, de Silvana de Castro;

Reportagem publicada em ZH, edição de 24 Jul 99, pg 40, de Lisiane Gonçalves Dias;

Relatórios:

Relatório sobre a situação das comunidades indígenas – Assembléia Legislativa do RS – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – Abr 03 – Arquivo

Revistas:

Revista Brasil Indígena – FUNAI, Ano I, N ° I, Brasília/DF, Dezembro/2000.

Revista Brasil Indígena – FUNAI, Ano III, N ° I, Brasília/DF, Dezembro/2006.

HOME PAGES

<<http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias.htm> – Índios da América do Sul – Áreas Etnográficas- Júlio Cezar Melatti, acessado em 25 Nov 06.

<<http://www.scielo:revistamana@bighost.com.br> – resenhas

<<http://www.monografias.com> – Terras Indígenas no Brasil – Stephen G. Baines, acessado em 25 Nov 06.

www.socioambiental.com.br

[http://www.consciência.br/reportagens/Riquezas em terras indígenas geram conflitos](http://www.consciência.br/reportagens/Riquezas%20em%20terras%20indígenas%20geram%20conflitos), Righetti, Sabine, 2005, acessado em 01 Set 06

<[http://www.isa.com.br/Notícias socioambiente/](http://www.isa.com.br/Notícias%20socioambiente/) arrendamento é um dos principais desafios na gestão territorial das áreas indígenas, em 26 Jul 06

<[http://www.cimi.org.br/informações gerais/](http://www.cimi.org.br/informações%20gerais/) população indígena no Brasil, em 26 Jul 06.